

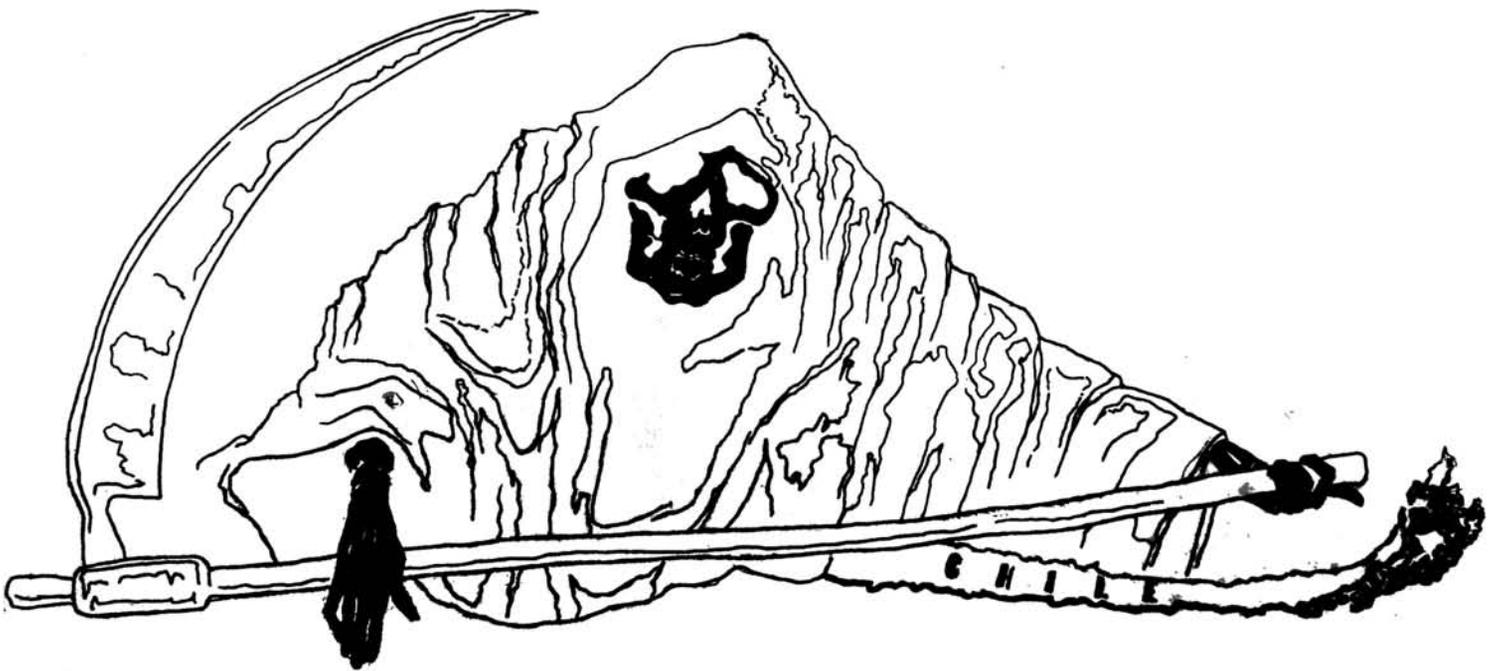
# o bisturi

CENTRO ACADÊMICO OSWALDO CRUZ

ANO 42 N°1

CHILE:

SAÚDE PARA O POVO ?



# DA REDAÇÃO

Este é o primeiro número de "O Bisturi" neste ano de 1977.

Como um jornal universitário, nos propomos a realizar um trabalho de divulgação, discussão e apresentação de propostas acerca de vários assuntos, internos ou externos à FMUSP. Neste sentido, publicamos artigos sobre os mais diversos temas, desde as lutas estudantis em geral, até uma análise sobre o problema da gasolina, que apesar de elaborada antes do adiamento do recolhimento restituível, não perde sua validade. É esta nossa proposta, pois cremos que "O BISTURI", como órgão oficial do Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz", entidade organizativa e representativa dos alunos da FMUSP, deva refletir e propor sobre os diversos assuntos que afetam aos alunos, como estudantes ou como seres sociais, não fazendo separação entre um e outro.

Além do jornal, "O BISTURI" pretende fazer murais e um arquivo de notícias. Nossa dinâmica de funcionamento é a seguinte: reuniões duas vezes por semana, em horário combinado entre os participantes.

Para que todas essas intenções sejam concretizadas, existe um fator importantíssimo: que você, estudante da FMUSP, participe da feitura do jornal. Escreva e venha discutir na redação de "O BISTURI" Envie artigos, desenhos, o que for. Participe de nosso corpo redacional. "O BISTURI" é o jornal dos alunos.

# EDITORIAIS

## CAOC 77

Este editorial surgiu da necessidade imperiosa de definirmos e delimitarmos os nossos objetivos dentro do Centro Acadêmico, bem como de tentarmos esclarecer dúvidas e diferenças que subsistem.

Não cabe aqui detalharmos planos de trabalhos específicos de cada departamento, pois estes devem ser maleáveis e sujeitos a modificações de acordo com as necessidades e circunstâncias. Cabe no entanto, definirmos as linhas gerais dos trabalhos a serem desenvolvidos no CAOC.

A Diretoria ao ser eleita, trouxe consigo um programa e uma posição sobre o CAOC, movimento estudantil, política geral, etc. A sua gestão deve ser pautada pelo cumprimento de suas propostas e planos, para que ao final do ano, os alunos possam avaliar claramente o que foi feito e optarem pela continuidade da política desenvolvida ou não.

Sendo o CAOC um órgão de classe dos alunos da FMUSP, e que portanto deve defender os interesses específicos e gerais dos alunos desta escola, achamos importante a participação ativa de todos em várias ou algumas atividades desenvolvidas pela entidade.

O principal problema do Centro Acadêmico hoje, bem como da maioria das outras entidades estudantis ou classe, está relacionada com a falta de participação das pessoas nas suas atividades.

É fácil detectar o porquê desta apatia e da distância do Centro para com os alunos, pois esta situação é um reflexo da exclusão da maioria da população dos mecanismos de decisões a partir de 64, devido entre outras coisas a:

- institucionalização da repressão através do AI-5, o 477 e prisões arbitrárias
- censura à imprensa
- fechamento de entidades de classe como a UNE e a UEE
- fechamento de partidos políticos, restringindo a participação política a 2 partidos criados de forma artificial.

Tudo isso faz com que o estudante chegue à Universidade, sem ter tido uma visão crítica dos fatos e sem ter participado efetivamente do movimento secundarista que existiu com expressão até os anos 69-70, e que as lideranças estudantis não tenham uma compreensão global dos problemas de nosso país, tendo dificuldade de elaborar uma proposta consequente e eficaz de como atuar, o que reivindicar, o que é prioritário, onde se deve concentrar esforços, etc.

Dentro deste quadro, alguns erros, ao nosso ver, têm contribuído para o atraso do Movimento Universitário:

- a existência de grupos que dão prioridade a uma política mais geral em detrimento das reivindicações específicas, não levando em conta

que é através destas que a maioria dos alunos se mobiliza e que é através do específico que se chega à compreensão do geral.

- críticas a setores que deveriam ser considerados aliados na luta pela redemocratização como a Igreja, MDB, OAB, ABI, sindicatos, Associações de Professores, intelectualidade em geral, etc, havendo um pudor em atuar conjuntamente com estas entidades.

- confusão entre Centro Acadêmico e partido político. Um partido político tem uma linha política e estrutura definidas, que necessariamente são fechadas, e é vedada a participação das pessoas que com ela não concordam. Um Centro Acadêmico é uma entidade de massa, de todos os alunos, onde as diversas correntes ideológicas interessadas em seu fortalecimento, podem se explicitar, suscetível a receber críticas e idéias de todos os alunos.

Nunca o Centro Acadêmico suprirá e inexistência de partidos políticos verdadeiros, os quais devem ser conquistados juntamente com a luta pela democracia em nosso país.

Nossas propostas de atuação no CAOC este ano, que poderão ser refletidas através de seus departamentos e pelas posições tomadas pela Diretoria, procurarão levar em consideração o acima exposto.

Assim sendo, colocamos como fundamental a realização de uma política que considere o CAOC, não como uma entidade isolada, mas que deva formar-se nas suas ações, junto a todas outras e de mais parcelas da população na luta pela democracia.

E a luta pela democracia, pela ampliação da participação interna dos alunos, inicia-se com os departamentos do Centro Acadêmico realizando atividades que possam contar com a participação do maior número de pessoas e atingir o maior número delas. Continuamos também, enfatizando a necessidade das classes organizarem-se através de clubes-de-classe ou de comissões para melhor poderem enfrentar os seus problemas e lutarem juntas com o CAOC para conseguirem os objetivos almejados.

A única forma de conseguirmos isto é que elementos que hoje trabalham no CAOC adquiram esta visão e criem oportunidades e ambiente para que os alunos interessados pela maioria do corpo discente, possam desempenhar função no Centro e por ele ser representado.

Fazemos um apelo a todos os alunos, para que aproximem-se da entidade, que maior número de pessoas possam auxiliar no desenvolvimento das atividades do Centro e no esforço pela resolução de nossos problemas.

A colaboração de todos é a única forma de termos uma atuação acertada e conseguirmos resistir às perdas que o autoritarismo vigente tenta nos impingir.

# O QUE FICOU DA GREVE ?

Uma pergunta que é feita pela maioria dos alunos, após a greve, é a respeito dos seus efeitos positivos, uma vez que os negativos são mais evidentes

Para respondê-la, temos que levar em conta os fatores que nos levaram a paralisar as aulas.

Durante o ano de 76, várias medidas e atitudes tomadas pela Direção da escola pautavam-se pela exclusão intransigente do corpo discente e mesmo da maioria dos professores das decisões. Sem dúvida este foi um fator decisivo para a instalação da greve.

A greve foi feita após a Faculdade ter implantado um exame de suficiência, ter aprovado a realização de um convênio INPS-HC, ter mudado a comissão do H.U. e ter investido contra o currículo da Fusão, sem ao menos aceitar uma discussão aberta e democrática com o corpo discente, por nós proposta várias vezes e mais explicitada na proposta de realização de um Fórum Oficial geral em toda escola. A greve foi assim, um último recurso utilizado por nós que queríamos e não éramos ouvidos e a nós eram recusadas quaisquer propostas de estebelecer um diálogo democrático e amplo.

A proposta de reformulação do currículo, claramente antidemocrática e conservadora, continha no seu bojo não a intenção de melhorar o ensino médico como ainda pensam vários professores e alguns alunos, mas sim a de satisfazer interesses pessoais, de querer transformar o ensino como 40 anos atrás e acabar com a corrente mais inovadora de docentes, implicados na criação do Curso Experimental.

A greve como último recurso que possuíamos, conseguiu barrar por ora a implantação de um currículo, que eliminava o curso de Medicina Comunitária, considerada pela maioria dos alunos como fundamental e o ensino em blocos, este, sem um consenso dos alunos quanto a sua validade ou

consenso dos alunos quanto a sua validade ou não. Evidentemente, não foi possível evitar a manobra ocorrida em Dezembro quando o CEPE eliminou o curso de Ciências Sociais e reduziu a carga horária de Estatística para 45 horas e a não revogação do descabido exame de suficiência.

Mas a nosso ver, outros aspectos positivos teve o nosso movimento. Nem todos os ganhos tem reflexos imediatos, e no nosso caso tratava-se de evitarmos mais perdas. O desgaste que conseguimos imprimir ao grupo autoritário e conservador, pela ampla cobertura da imprensa e difusão na Universidade e em todo o país, contribuiu muito para desgastar o raciocínio ateroclerótico em que se encontram alguns professores, que não reconhecem o papel e o dever de cada pessoa humana de criticar e participar de decisões sobre problemas que a ele dizem respeito.

O fato de termos nos movimentado contra arbitrariedades impostas, mesmo que não tenhamos conseguido modificá-las, demonstra que ainda não fomos reduzidos a autômatos, presos aos desmandos dos que detêm o poder, e sim que somos ainda gente, livres para ter uma opinião, para reagir contra quem nos quer explorar e enganar.

De qualquer forma, em Dezembro deparamo-nos com uma situação de fato: aproximadamente 150 alunos dos 5ºs e 130 dos 4ºs anos ficaram reprovados em uma disciplina ou estágio, e 75 secundaristas e 30 primeiranistas ficaram reprovados em uma disciplina.

Para encontrar soluções para resolver estes problemas era necessário que todos participassem. Lamentamos a ausência de grande parte dos alunos que participaram da greve e não auxiliaram neste momento de luta junto à Diretoria do CAOC, na constituição de advogado, para que não perdêssemos um semestre. Assim, uma minoria de colegas é que se empenhou no encaminhamento do problema e de maneira acertada até o momento, onde conseguimos ganhar em primeira instância os mandados de segurança contra o Diretor da Faculdade, e provavelmente também ganharemos em 2ª instância, porque a lei é clara: não existe em nenhum lugar alguma referência de que as matérias de 4º e 5º anos são pré-requisitos para os anos subsequentes.

Tanto isto é verdade, que a lamentável defesa da Faculdade é apenas ideológica, onde são realçados o caráter ilegal da greve, as minorias ativistas, lembrado Mostesquieu, anexados xerox de tratados de ética médica, elogios ao grupo AVC, evidenciando um primarismo e uma animosidade intransigente na defesa com unhas e dentes da necessidade de reprovação dos alunos.

No momento atual, no entanto, acreditamos que não interessa mais à Diretoria a manutenção de um litígio judicial, e para nós também não uma vez que ao impretarmos os mandados de segurança, estávamos simplesmente nos defendendo contra arbitrariedades. O que nos interessa agora é entrarmos em entendimentos para que nos sejam oferecidos os cursos em que estamos reprovados e os quais necessitamos refazer. Isto vale tanto para os atuais quinto e sexto anos como para os segundos anos e terceiro experimental.

É preciso ficar claro contudo, que se faz necessário mantermo-nos numa posição digna e serena, frente às propostas de entendimentos com a Faculdade, reafirmando sempre nossos propósitos de um diálogo, desde que seja amplo e democrático.

DIRETORIA DO CAOC

# DCE - A QUANTAS ANDA ?

A criação do Diretório Central dos Estudantes da USP, embora de maneira bastante crítica, representou um passo adiante do movimento universitário.

Durante o ano 1976, encaminhou algumas reivindicações importantes e com êxito, como por ocasião dos aumentos dos preços dos restaurantes e da implantação do curso de licenciatura curta-Resolução 30.

Não obstante, uma série de falhas ainda persistem na sua estrutura e na forma como vêm sendo conduzido até o momento.

Com o surgimento de vários grupos em 76, Refazendo, Caminhando, Liberdade e Luta, Mobilização, Alternativa, Organizar a Luta, etc., os Centros Acadêmicos foram sendo marginalizados dos processos de decisão. Isto ocorreu mesmo após a diretoria do DCE ter sido eleita, pois nas reuniões convocadas eram convidados os grupos e não as entidades Centros Acadêmicos para deliberarem. Em certos locais coincidia do único grupo existente na escola, estar representado nas diretorias dos Centros Acadêmicos, mas a regra geral era existirem vários grupos em uma escola.

Um DCE que queira ter contato e ser reconhecido pelos alunos, deve oficializar uma ligação com os Centros Acadêmicos e não com tal ou tal grupo, pois estes devem concorrer para as eleições nas escolas que lhes convierem ou puderem.

Esta prática de convidar os grupos para as reuniões, onde qualquer pessoa presente tem direito a voto, só tem contribuído para o desgaste do DCE, pois não permite que ele tenha uma linha política e programa de atuação definidas. Para esclarecer e enfatizar que se faz necessário fixar o número de pessoas com direito a voto previamente, caso contrário reuniões onde uma tendência levar mais pessoas ela ganhará na posta, que poderá ser revogada quando estiver em desvantagem.

Atualmente estão sendo discutidos os estatutos para o DCE, coexistindo até o momento três postas: uma do grupo Refazendo, outra do grupo Liberdade e Luta e outra do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito.

Assim que ficamos sabendo da elaboração dos 2 primeiros estatutos, tomamos conhecimento dos mesmos e procuramos junto ao C.A. XI de Agosto elaborar uma proposta alternativa de estatutos e da forma de sua aprovação.

O principal ponto divergente entre nossa proposta em relação aos outros, dizem respeito ao peso e participação que os Centros Acadêmicos devem ter. Propusemos que o DCE institua reuniões gerais com um representante dos Centros e mais um representante por 500 alunos por escola. Esta reunião geral que seria o órgão deliberativo do DCE subordinado apenas à Assembléia Geral Universitária com quorum mínimo de 5% dos alunos da USP, serviria de elo de ligação entre DCE e as escolas da USP.

Outro aspecto divergente refere-se à filiação ao DCE de escolas desvinculadas da USP, tais como Sociologia e Política e Engenharia da Mauá.

Nossa posição é que ao DCE da USP só devem estar filiadas entidades da USP, simplesmente porque seria improdutivo permitir a filiação de todas as escolas de São Paulo, já que não podemos discriminadamente filiar duas e não outras, como FAAP, FEI, GV, Metropolitanas, São Luís, etc.

Um terceiro ponto em que nos batemos refere-se à que o estatuto deve ser aprovado em eleição geral em toda USP, e que por ocasião das eleições para a nova diretoria do DCE, sejam divulgados os locais de inscrições pelo menos 30 dias antes, bem como constem das Chapas inscritas os nomes dos alunos que vão concorrer.

Esta última colocação já enfatizada pelo CAOC no ano passado, tem fundamento na medida que os alunos tem o direito e dever de conhecer em quem estão votando e que se nós consideramos o DCE uma entidade legal e necessária seria

uma incoerência ilegalizá-la. O argumento levantado no ano passado, que dizia ser um problema de Segurança, também deve ser levantado pela maioria dos alunos, que necessita votar em programas e nomes para cumpri-los, caso contrário não terão a mínima segurança.

Resumindo os pontos principais de nosso programa mínimo em relação ao DCE são os seguintes:

1. Divulgação ampla das propostas de Estatutos de modo a que a maioria dos alunos tome conhecimento.
2. Escolha dos estatutos mediante votação direta entre todos alunos da USP.
3. Só participem do DCE escolas da USP.
4. O DCE deve lançar um jornal mural semanal.
5. Deve ser lançada uma ampla discussão em torno do problema da falta de verbas para a Universidade.
6. As eleições para a nova diretoria do DCE devem ser diretas e com os nomes dos concorrentes divulgados.
7. Os locais de inscrições para as chapas concorrentes devem ser fixados com pelo menos um mês de antecedência.
8. O DCE deve coordenar as chapas para concorrerem ao CONSELHO UNIVERSITÁRIO e demais órgãos de representação que for necessário.

DIRETORIA DO CAOC

# DE QUEM É O CENTRO DE SAÚDE ?

Com a nossa greve, conseguimos manter o curso de Medicina Comunitária: Este ano ele deveria ser realizado no novo Centro de Saúde-Escola do Butantã, construído especialmente para administração deste curso, trabalho conquistado pelo professor de Pediatria e Preventiva de nossa Faculdade.

Prédio finalmente pronto, levantamento do nível de Saúde da população da região realizada, programas já elaborados, só faltava a direção da Faculdade assinar o Convênio com a Secretaria da Saúde e mudar-se para lá. Neste interím foi desfeito o Convênio com o Centro de Saúde da Lapa, onde provisoriamente o curso era ministrado.

No dia em que o Reitor ia assinar o Convênio, veio um pedido da Comissão de Assistência ao Ensino (CAE), na qual o Prof. Lacaz é membro, pedindo vistas ao Convênio. O Prof. Lacaz enviou-o para a Saúde Pública para que esta desse um parecer a cerca do assunto. A FSP, passou a reivindicar a administração do Centro, apesar de já ter convênio com 2 outros Centros, com o interesse, ao nosso ver, de através deste Centro voltar a participação do currículo da Medicina como antigamente.

No CAE, o Prof. Lacaz não defendeu que o C.S. foi construído para a FM. Quem acabou defendendo esta posição, foi o próprio Secretário da

Saúde, que se negou a assinar o Convênio deste Centro com a F.S.P..

O Rebu foi formado. Para o Prof. Lacaz o assunto era contraditório. Com esta medida, acabava quase de vez com as funções do Departamento de Medicina Preventiva fato positivo para ele. Mas a interferência de mais uma unidade da USP na Casa de Arnaldo não é de seu agrado: Na confusão criada, chegaram a propor que o Centro de Saúde fosse do H.C..

Enquanto isto, as aulas começaram, e no programa consta 360 horas de Medicina Comunitária para o 4º ano, que não tem local para ser ministrado. Chega a este ponto a irresponsabilidade dos responsáveis pelo nosso ensino.

Em vista desses fatos, o C.A. decidiu passar um abaixo assinado aos alunos da FMUSP e dos Residentes que deveriam estagiar no C.S., solicitando ao Reitor a imediata assinatura do Convênio.

Dia 7/3, finalmente o Reitor assinou o Convênio entre a FM e Secretaria de Saúde, com um certo compromisso da FSP participar da administração do mesmo. De qualquer forma, o ensino de Medicina Comunitária neste semestre está prejudicado.

DIRETORIA DO CAOC.

## EDITORA GUANABARA KOOGAN S/A.

### LANÇAMENTOS 77

BOGLIOLO - PATOLOGIA 2ª ED.

BROBECK - FISIOLOGIA

CUTAIT - TEMAS DE TERAPIA INTENSIVA

GRAY - ANATOMIA

HURST - O CORAÇÃO 3ª ED.

MERRIT - TRATADO DE NEUROLOGIA 5ª ED.

NOVAK - TRATADO DE GINECOLOGIA 9ª ED.

PAUL - INTERPRETAÇÃO RADIOLÓGICA 3ª ED.

SCHWART 2 - PRINCÍPIOS DE CIRURGIA 2ª ED.

SERRO AZUL - PROPEDEÚTICA CARDIOLÓGICA

TARANTINO - DOENÇAS PULMONARES

SHERLOCK - DOENÇAS DO FÍGADO 5ª ED.

VISITE NOSSO STAND NA F.M.U.S.P. OU NOSSA SEDE NA AV. REBOUCAS 1693

SAÚDE NO CHILE:  
DE ALLENDE A PINOCHET

# MEDICINA PARA O POVO

## 1. Lições do Chile

Resumo do New England Journal  
of Medicine, Julho 74.

Os problemas e a oposição que o governo da Unidade Popular (\*) encontrou nas suas tentativas de democratizar o sistema de atendimento médico refletem em miniatura os que levaram a sua queda. Parte dos médicos chilenos valorizava muito a prática privada que lhes permitia altos ganhos - mesmo que isso restringisse o atendimento médico a uma minoria. Além disso, o Chile era um país subdesenvolvido e dependia economicamente de outros países (principalmente os EUA), que reagiram à nacionalização de algumas de suas indústrias com um boicote econômico que levou à falta de produtos médicos e bens de consumo. Estes fatores acoplados à mudança de estrutura de poder no sistema de saúde, levou parte dos médicos a assumir uma oposição ao governo responsável por tais transformações, que levavam a uma democratização da saúde e ameaçavam sua posição de privilegiados.

Não provocaram reação dessa parcela da classe médica algumas transformações que visavam uma distribuição mais justa de saúde, sem tocar nas estruturas de poder e financeiras, apenas amentavam a verba de saúde: distribuição de leite; maternidades e ambulatórios em áreas rurais e periferia das cidades; melhora das condições de saneamento básico e habitação.

### 2. DEMOCRATIZAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO

No entanto, na área de saúde também aparecia um princípio da Unidade Popular: aumentar o poder dos trabalhadores e consumidores. Esta política que na área industrial levou a que algumas fábricas fossem administradas pelos trabalhadores, na área médica levou a um aumento gradual do controle dos trabalhadores em 2 níveis: na comunidade e no hospital.

#### Na Comunidade:

O Chile foi dividido em zonas de saúde, cada uma com um hospital central; e cada zona em áreas de saúde com 50 a 70 mil pessoas, com um centro de saúde (de preferência na área mais pobre da região) subordinada ao hospital da zona. A idéia era descentralizar o atendimento, dando maior ênfase aos centros de saúde.

Ao mesmo tempo, criou-se uma estrutura que permitia uma participação mais ativa da população: os Centros Locais de Saúde e os Conselhos Sanitários, tanto em nível da comunidade, quanto em nível do hospital.

O Conselho Local de Saúde era composto por representantes de todos os grupos organizados da comunidade (sindicatos, escolas, grupos de

mães, de jovens); da associação de trabalhadores da área de saúde não profissionais (atendentes, auxiliares); da dos profissionais (enfermeiros, psicólogos) e dos médicos. A sua função era discutir os problemas de saúde na comunidade, sugerir soluções e servir como um elo de ligação entre o Sistema Nacional de Saúde e a população. O Conselho Local de Saúde elegia o pessoal que iria formar, junto com o pessoal médico do Centro de Saúde o Conselho Paritário, que era o órgão executivo. No entanto, os dois conselhos eram apenas consultivos, e o poder das decisões continuava nas mãos do Diretor do Centro de Saúde, um médico.

A mesma estrutura se repetia a nível de hospital de região, onde os conselhos tinham também a função de coordenar a saúde de toda a região.

Paralelamente, o Sistema Nacional de Saúde começou um programa de desenvolvimento sócio-cultural, que criou comitês de saúde que agiam na comunidade para elevar o nível de conhecimento, sua consciência política e estimulavam atitudes coletivas no combate a problemas comuns.

No entanto, estas medidas não tinham poder para efetuar mudanças, pois os órgãos criados permaneciam apenas consultivos. Em muitos locais os membros da comunidade perceberam isso, e passaram a apoiar, cada vez mais, as decisões dos Conselhos em amplas mobilizações populares. Nesses locais, conseguiram-se mudanças efetivas, como redistribuição de médicos e material para centros mais pobres, o direito de o próprio conselho controlar, despedir e contratar pessoal médico, treinamento dos líderes da comunidade em funções de médicos, aumento do número de horas de

A medida que a participação popular aumentava, os conselhos locais foram se integrando com as demais organizações populares, responsáveis por distribuição de comida, lixo, transporte, etc.

Ao nível dos hospitais, ocorria uma democratização semelhante, principalmente nos hospitais-escola. Em cada Departamento formava-se um conselho governativo, com representantes de trabalhadores de todos os níveis, que tomava decisões que antes eram privilégio dos profissionais de nível superior. Da mesma forma era eleito o Conselho Dirigente do hospital, que ditava sua política geral.

Esta reviravolta na estrutura de poder dos hospitais, reflete a confiança na democracia que havia no Chile daquela época, em todas as instituições. Ela também estava levando a um desmascaramento da dominação profissional, entendida como o uso do monopólio do conhecimento para a defesa de interesses individuais, contra a democratização da sociedade, principalmente no caso da área médica.

### 3. A REALIDADE MÉDICO-POLÍTICA

O governo de Allende não usou qualquer medida compulsória para controlar a medicina privada. Os médicos podiam trabalhar apenas no Sistema Nacional de Saúde; lá, e em sua prática privada, ou apenas na sua prática privada. No entanto no fim, apenas 20% dos médicos não tinham pelo menos um emprego no Sistema Nacional de Saúde. A coexistência dos dois sistemas implicava em grandes desperdícios e ajudava a manter uma distribuição injusta de atendimento médico.

A única medida compulsória tomada foi a racionalização de uma indústria farmacêutica e a centralização de medicamentos em nível nacional. O ensino médico continuava pago pelo governo, que não exigia dos formandos qualquer período de serviço obrigatório nacional em retribuição.

Mesmo assim, alguns médicos foram se sentindo ameaçados pela democratização geral e pela perda de domínio profissional - os Conselhos Locais de Saúde controlando suas "quebradas de mão" no Centro de Saúde, a formação de para-médicos ameaçando sua posição privilegiada de "doutores". Ainda por cima, no currículo médico as Ciências Sociais começavam a ter uma carga horária maior, e como isto levaria os novos médicos a terem uma consciência social e uma visão crítica mais profundas, esses médicos temiam que as novas turmas fossem reforçar a tendência democratizante no Serviço Nacional de Saúde.

Isto tudo, aliado à falta de bens - que irritava preferencialmente os médicos vindos das classes ricas - fez com que a Associação Médica

Chilena (dominada pela tendência anti-democrática), tivesse um papel ativo na derrubada de Allende, promovendo greves de atendimento médico, em que só os pacientes particulares eram atendidos. Durante estas greves, em várias ocasiões, o atendimento continuava sendo fornecido, através de um esforço conjunto dos médicos democratizantes, cerca de 30% do total, e dos demais trabalhadores da área de saúde, além da população organizada nos Conselhos Locais de Saúde e nos Comitês de Saúde.

### 4. O TOTALITARISMO CHILENO

A junta que derrubou Allende instalou uma ditadura tipicamente fascista. Para retomar do povo as suas conquistas, a junta tomou as seguintes medidas:

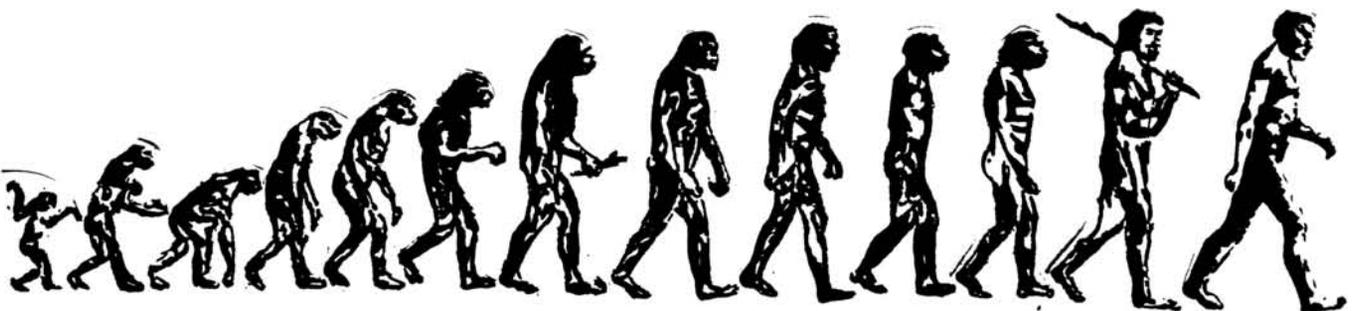
- fechar todos os Centros de Saúde e desmantelar os Conselhos;
- despedir sumariamente - sem direitos - um terço dos trabalhadores na área médica e sindicalizados (18.000 pessoas);
- executar ou matar pela tortura pelo menos 35 médicos. Prender e torturar inúmeros médicos, professores e profissionais da área de saúde;
- fechar quase todos os Departamentos de Saúde Pública, Medicina Preventiva e Ciências Sociais das Universidades do país.

Os médicos que apoiaram o golpe não hesitaram em denunciar seus colegas mais democráticos, principalmente aqueles que haviam se oposto às greves médicas. Muitos destes médicos "golpistas" deram sua contribuição profissional na administração de torturas pelo novo governo.

### 5. ANÁLISE: O ATENDIMENTO MÉDICO, O ESTADO E O PROGRESSO SOCIAL

I. No mundo todo, mas principalmente nos países da periferia, o atendimento médico está definitivamente ligado ao sistema político e econômico da Nação. Uma verba adequada, uma política sanitária correta ainda seriam insuficientes sem uma distribuição mais justa da riqueza, sem uma melhora do poder aquisitivo de toda a população.

A dependência econômica destas nações limita a amplitude das reformas: quando o governo da Unidade Popular nacionalizou as minas de cobre recebeu represálias internacionais que desestabilizaram a economia chilena. Além dos problemas causados por atitudes econômicas abertas, como boicotes e suspensão de empréstimos, hoje se sabe que muitos outros problemas foram causados de modo "discreto" pelas potências imperialistas na defesa estrita de seus interesses, certamente



contra a maioria dos interesses da população chilena.

É o caso da CIA, que derramou muito dinheiro no Chile, financiando greves contra o governo e desestabilizando a economia, a soldo da ITT, que temia perder seus investimentos no Chile.

Assim, nos países economicamente dependentes, os países imperialistas terão sempre um interesse muito grande em manter governos submissos a eles. Nestes países, o imperialismo é um aliado essencial para as classes dominantes na luta para manter seus privilégios, na sua luta para afastar o povo do poder.

II. Os conflitos dentro do Sistema de Saúde de refletem em miniatura os conflitos dentro de uma sociedade de classes. Alguns médicos, como banqueiros e industriais, possuem vantagens econômicas e um modo de vida que não querem sacrificar em proveito das massas que vivem na pobreza.

Além disto, eles tem cargo de direção onde de julgam justificáveis seus poderes absolutos de decisão, visto dominarem também o conhecimento

científico. Qualquer mudança nesta ordem de coisas é uma ameaça para seus privilégios; esses médicos eram contra o treinamento de paramédicos, o encurtamento do curso de medicina, a "importação" de médicos de outros países e o aumento do controle exercido pela população.

III. A experiência chilena mostra que reformas progressivas no Sistema de Saúde significam muito pouco sem mudanças básicas na ordem social. Essas mudanças do governo da Unidade Popular não pode fazer, porque sendo uma coalizão de forças, não era um verdadeiro poder unitário que dominava o exército, o judiciário e o legislativo.

A experiência chilena demonstrou que os grupos dominantes da sociedade não entregam o poder pacificamente. Assim, uma transformação fundamental na estrutura de poder chilena é um pré-requisito para o controle popular dos cuidados médicos. Mais do que nunca, os trabalhadores e consumidores de saúde devem aprender que a luta por um sistema de saúde mais justo só terá sucesso quando associada a uma luta por uma mudança básica na ordem social.

## 2. E o Brasil?

A luta que se está travando pela saúde para o povo, aqui no Brasil, tem muitos paralelos com o que houve no Chile, e algumas diferenças.

Aqui, como lá, se luta por um atendimento médico descentralizado, organizado em atendimento de nível primário, secundário e terciário, através de uma boa rede de Centros de Saúde bem equipados, com ênfase na Medicina Preventiva, sob a responsabilidade do Estado. Por uma política racional de medicamentos, com a racionalização de sua produção e distribuição, com prioridade para os medicamentos realmente úteis, por um controle de qualidade e preços.

Aqui, também, esta luta será ineficaz se não houver, ao mesmo tempo, uma transformação para uma distribuição mais justa de renda, alimentação, saneamento, habitação, transporte coletivo, segurança no trabalho, educação, lazer, etc.

Aqui, como lá, essas conquistas só podem ser asseguradas com o controle dos consumidores de saúde sobre a distribuição de saúde.

Aqui - como em qualquer lugar - o monopólio do conhecimento é uma arma para manter a dominação, e a formação de pessoal para-médico (que já foi estimulada com a formação de parteiras, etc.) sofreu um retrocesso enorme. Aqui, também, a formação de uma consciência social e de uma visão crítica nos jovens formandos é temida como

uma força renovadora, e os Departamentos de Medicina Preventiva, os cursos de Medicina Comunitária e Ciências Sociais (e mesmo História e Geografia) são perseguidos e destruídos.

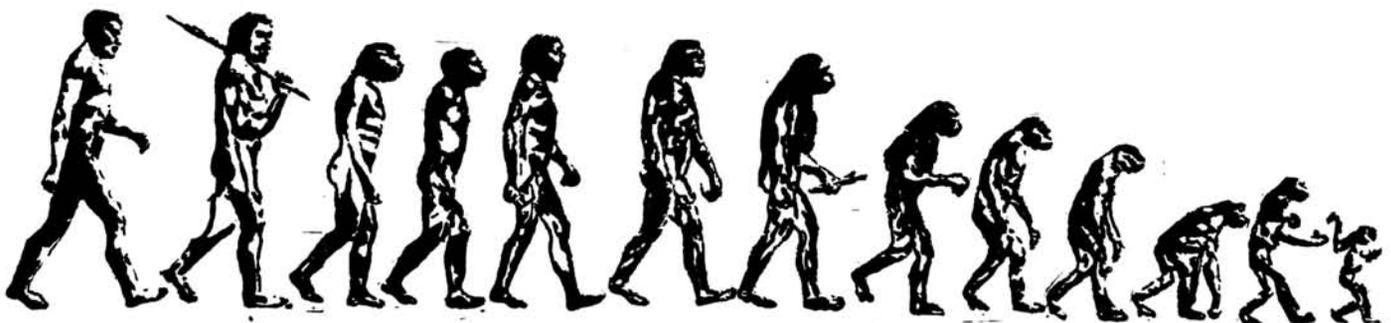
No Brasil, as forças que se opõem a democratização da Medicina também visam manter o privilégio de uma minoria.

O Estado não assume uma política de descentralização, pelo contrário, mantém a atual tendência do INPS, de grandes hospitais e médicos especialistas, que visa favorecer as empresas médicas privadas, através de convênios.

Quanto a remédios, a atitude do governo reflete o interesse das indústrias farmacêuticas, permitindo a exploração da população brasileira, através de um número absolutamente desnecessário de medicamentos, muitos nocivos (proibidos em outros países), a preços exorbitantes.

Outra força que detém o avanço da democratização da medicina é a antiga mentalidade liberal, que entrincheirada na AMB, nas faculdades e nos seus últimos consultórios particulares, luta pela volta de uma situação mais privilegiada ainda, de Medicina para poucos.

Assim, a luta por uma medicina para o povo enfrenta adversários fortes - que vão lutar na defesa de seus privilégios, e, por isso, ela deve andar junta a uma luta por maior controle popular em todos os níveis, senão, como demonstram as lições do Chile - ela será uma luta perdida,



# ECEM

( ENCONTRO CIENTÍFICO DE ESTUDANTES DE MEDICINA )

O ECEM é atualmente o mais importante encontro de estudantes no Brasil. Ele reúne acadêmicos de medicina de todo o país, para debater, em caráter científico, temas ligados a nossa realidade de saúde, visando conscientizar seus participantes dos inúmeros problemas que atinge a nós, enquanto futuros médicos, e a população, enquanto usuários de nossos serviços e carentes de diversos fatores que influem na saúde. Isso faz com que as consequências do ECEM sejam altamente favoráveis, em termos de troca de experiências, de convívio social, de aprendizado, etc.

## ESTRUTURA DO ECEM

Anualmente o número de participantes do ECEM aumenta. Para o último ECEM, o VIII, ocorrido em Maceió, convergiram cerca de 2.000 estudantes, provindos de quase todas as 70 escolas médicas do país.

As atividades do ECEM para esses participantes constam de 5 itens: mesas redondas, conferências, painéis, cursos paralelos e temas livres.

Os temas livres se referem a exposição de trabalhos científicos elaborados por acadêmicos de medicina. Nos demais itens são abordados temas de nossa realidade médico-social e de nossa situação de saúde.

Sobre os temas livres, convocamos aos acadêmicos que tenham desenvolvido algum trabalho científico para prepará-los a fim de inscrevê-los no ECEM.

Oportunamente divulgaremos outros detalhes relacionados com os temas livres.

## IX ECEM

O próximo ECEM (nono) se dará em Florianópolis de 11 a 18 de julho.

Os temas que serão debatidos nesta ocasião já foram definidos em uma reunião entre os representantes das diversas escolas de medicina do país - os delegados - são os seguintes:

MESAS REDONDAS: I - Condicionantes da Saúde

II - Orientação para Reformulação do Currículo

III - Participação Estudantil

PAINEL: - Novos Rumos Terapêuticos

CONFERÊNCIA: - Vida e Obra de Samuel Pessoa

## PARTICIPAÇÃO DA F.M.U.S.P.

Nossa escola vem participando de uma forma bastante efetiva do ECEM, mandando todo ano uma comissão numerosa de alunos e diversos trabalhos científicos.

Um dos aspectos que mais preocupa refere-se a participação de nossos acadêmicos nas atividades do ECEM. Nesse sentido vamos promover debates em nossa escola e organizar um Pré-ECEM, para dar subsídios a nossa delegação de modo a aumentar o nível de participação de nossos alunos nas atividades do ECEM. Estamos organizando uma comissão para coordenar todas as atividades relacionadas com o IX ECEM.

A diretoria do C. A. e do Depto. Científico poderão fornecer quaisquer outras informações a esse respeito.



# SEMANA DE ESTUDOS SOBRE SAÚDE COMUNITÁRIA

A SESAC é um encontro entre acadêmicos de cursos superiores relacionados com a saúde, que debate temas de nossa saúde com seus vínculos sociais, políticos e econômicos.

Esta semana foi criada a quatro anos, a partir da constatação de inúmeras carências em nossa estrutura de saúde e das consequências nefastas que isso acarreta em nossa população. A SESAC se propõe influir nessa situação, conscientizando-se seus participantes de nossos problemas e procurando propostas para solucioná-los. Estes participantes, depois de ouvirem palestras sobre temas que são previamente escolhidos, dividem-se em grupos de debate. Os grupos elaboram um relatório final que é posteriormente divulgado de forma ampla em setores comprometidos com a saúde da população, visando deste modo influir em suas resoluções.

A IV SESAC se dará em Londrina, de 4 a 9 de abril (Semana Santa), estando programada para ela, os seguintes temas:

NUTRIÇÃO E MORADIA

DEBATE SOBRE SAÚDE COMUNITÁRIA

PAPEL DA UNIVERSIDADE NA REALIDADE DE SAÚDE DA POPULAÇÃO

FARMACOPÉIA RURAL - MEDICINA POPULAR

TRABALHOS PRÁTICOS EM MEDICINA COMUNITÁRIA

Os interessados em participar da IV SESAC deverão se inscrever na Secretaria do CAOC a partir do dia 1º de março. O preço da inscrição é de Cr\$100,00 que dá direito a alojamento e ao recebimento da REVISTA do Grupo de Estudo da Saúde "Sanitas Populi", feita especialmente para a ocasião.

## DPMS :

### TRABALHO CONTÍNUO EM ITAPECERICA DA SERRA.

Desde o segundo semestre do ano passado, o DPMS vinha desenrolando suas atividades no sentido de elaboração de um plano de trabalho a ser desenvolvido no Centro de Saúde de Itapecerica da Serra, que visa fundamentalmente 2 aspectos:

1) Um trabalho na área de Medicina Comunitária, onde os estudantes poderiam ter uma visão mais clara deste tipo de medicina, um contato estreito com a realidade de um Centro de Saúde de periferia, através da participação em todos os níveis de atenção médica desenvolvidos pelo Centro de Saúde, desde atendimento médico até visita domiciliar.

2) Um trabalho de educação da população na área de saúde, visando uma compreensão real de sua situação e uma participação ativa na solução dos seus problemas.

Durante as férias o DPMS trabalhou na elaboração de um plano a ser desenvolvido no Centro de Saúde. No momento, já existem lá montadas al

1) Atendimento médico na área de pediatria, com atividades em pré e pós consultas (a pré-consulta tem por finalidade pesar e medir a criança, ver a queixa principal, e resolver os casos simples como resfriado, escabiose, etc; a pós-consulta consiste em orientação, desde como ministrar medicação até cuidados de higiene, alimentação, etc).

2) Controle de crianças desnutridas.

3) Pré-natal.

4) Visitaçao domiciliar.

As três primeiras atividades desenvolvem-se durante a semana, no horário de atendimento do Centro de Saúde e a visitaçao domiciliar, nos fins de semana.

Posteriormente, serão implantadas também, reuniões periódicas com a população, tipo clube de mães, etc.

A fim de definir este plano, formamos comissões que estão entrando em contacto com estas atividades e, conjuntamente com os funcionários e diretor do Centro discutindo qual seria o melhor plano a ser implantado.

O DPMS reúne-se todas as 5<sup>as</sup> feiras à noite, para estudos e constante avaliação do trabalho e está aberto à participação de todos os alunos do

# OS NOSSOS TRADICIONAIS LAÇOS DE

## AMIZADE

Alguns economistas alegam que seria impossível o desenvolvimento do país sem a "Ajuda" do capital estrangeiro, dada a incapacidade de poupança interna. Os fatos, entretanto, mostram exatamente o contrário. As companhias multinacionais longe de contribuir para o aumento das reservas de capitais, tem contribuído para a descapitalização progressiva da nossa economia, com profundos reflexos no empobrecimento do povo brasileiro. Considerando o conjunto de 11 empresas imperialistas (Volkswagem, Rhodia, Esso, Pirelli, Philips, Firestone, General Electric, Souza Cruz, Johnson e Johnson, Anderson Clayton e Light), dentre as maiores de cada setor produtivo, podemos verificar que estas empresas, somadas, trouxeram para o Brasil, desde as suas implantações, capitais da ordem de 298,8 milhões de dólares. Por outro lado, só nos últimos dez anos promoveram a saída de 774,5 milhões de dólares, sob forma de remessa de lucro e dividendos e gastos com importação de tecnologia. (Fonte: Banco Central). Como se vê, as empresas imperialistas representam uma grave sangria na economia brasileira, explorando intensamente os trabalhadores brasileiros.

**5 ENTRE 4 ECONOMISTAS  
DESCONHECEM A DIFERENÇA  
ENTRE RECEITA FEDERAL E  
REMESSA DE LUCROS.**



• Calcula-se que em 1975 os E.U.A tenham obtido um superavit total em seu comércio com o mundo de 10 bilhões de dólares, dos quais 17% somente em suas transações com o Brasil.

• De um saldo positivo de 37 milhões de dólares obtido nas trocas comerciais com os Estados Unidos em 1967, o Brasil passou para um saldo negativo de cerca de 1,7 bilhões de dólares em 1975 o que significa que somente os E.U.A. foram responsáveis por cerca de 50% do nosso deficit total em 75.

• A General Electric do Brasil, segundo seu presidente, "pagou comissões" (=subornou) a várias pessoas, por ocasião da venda de locomotivas e trens suburbanos a órgãos como a Rede Ferroviária Federal.

• A Ericsson do Brasil controla 50% do mercado de telefones e 90% do tráfego interurbano. De 1946, quando veio para o Brasil, até agora, só trouxe para cá 6,4 milhões de dólares. No entanto, mandou para sua matriz sueca 5 milhões de dólares em 74 e importou dela 151,7 milhões no mesmo ano, tendo então uma taxa de lucro de 33%.

• No setor de material elétrico e de comunicações, 36 empresas estrangeiras controlam 60,8 da patrimônio líquido, enquanto 75 empresas nacionais privadas dividiam os 39,2% restantes.

• A produção brasileira de cigarros cresce a passos largos: 83,5 bilhões em 73, 89 bilhões em 74 e 110 bilhões em 76.\* Os gastos em publicidade de cigarros foram em 1975: Souza Cruz (Companhia Inglesa) - 52 milhões, Philip Morris (Cia. Americana) - 20 milhões, J. R. Reynolds (Cia. Americana) - 4 milhões. Apenas dos notórios prejuízos causados à saúde pelo fumo, a indústria e a propaganda não são desestimulados porque a indústria de fumo é das que mais pagam imposto no país, além dos enormes interesses estrangeiros vinculados a ela.

\*, ( Média de 1000 cigarros por brasileiro).

### • NÓS QUASE FOMOS INVADIDOS

Cada vez fica mais claro que a CIA e o Depto. de Estado dos EUA tem muito a ver com a queda e a subida de governos pelo mundo. O Jornal do Brasil pesquisou nos arquivos do ex-presidente Johnson que se tornaram públicos e descobriu documentos que mostram que a nossa revolução não foi tão nossa assim.

Há vários documentos da CIA pelos quais se percebe que, se ela não participava, pelo menos estava perfeitamente informada de cada movimentação secreta que precedeu ao golpe. Os documentos falam também da Operação Brother Sam: em 64 os EUA mobilizaram para a costa brasileira uma frota ( um porta-avião, seis destróiers, um navio para transporte de helicópteros, quatro petroleiros, aviões de carga, abastecimento e comunicações) para dar apoio logístico ao golpe. A frota não chegou a desembarcar no Brasil: como não houve resistência armada em defesa do governo constitucional, a operação foi progressivamente desmobilizada, conforme o embaixador Gordon verificava se as Forças Armadas brasileiras realmente não iam precisar de ajuda.

Completando a farsa, um telex do governo argentino ao Departamento de Estado norte-americano, no qual se dispõe a pedir intervenção da OEA no Brasil, caso "ocorresse uma guerra civil".

O Vereador Marcos Klassman assumiu a liderança do MDB na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em substituição a Glênio Peres, cassado pelo AI-5. Em seu discurso de posse fez suas as palavras do vereador cassado, acrescentando: "Porque um governo que não foi eleito pelo povo, um governo que do povo não recebeu mandato, não pode usar de outros métodos nem tomar outras medidas a não ser estas medidas anti-populares. O governo tem que exercer a sua força para impedir que a oposição governe a cidade junto com o prefeito nomeado. É preciso impedir que se fale em liberdade e se denunciem as torturas.

No dia seguinte (15/2) o vereador Marcos Klassman teve seus direitos políticos suspensos e seu mandato cassado pelo AI-5.

O MDB manifestou-se oficialmente a respeito das cassações: "A democracia representativa enlutada condena a perda do mandato dos vereadores Glênio Perez e Marcos Klassman eleitos pelo povo para a Câmara Municipal de P. Alegre... A Nação pede o fim do Estado de Exceção. No parlamento e na imprensa, nos templos e nas universidades, na manifestação da inteligência nacional, nos meios empresariais e na voz dos trabalhadores, por toda parte é unânime o anseio pela normalidade democrática.

No dia seguinte a ARENA respondeu numa nota indignada:

"A democracia se enluta quando representantes do povo, esquecendo seus compromissos com o regime, transformam-se em agentes da subversão comunista. Repelimos a tese de que vivemos sob um regime indefinido. O País está tranqüilo e em paz, protegido pela Constituição e pelo AI-5, instrumento excepcional que tem sido acionado, não contra os adversários do governo, mas, invariavelmente, contra os inimigos do regime"

Comentou o Vice-Líder do MDB na Câmara: "A nota se adapta bem ao espírito carnavalesco pelo seu tom de comicidade".

O deputado Odacir Klein assim definiu a nota:

"Desaforada, desrespeitosa, originária de quem se acostumou com a prepotência, por viver à sombra da legislação excepcional"

## NEM FAIXA

A TRIBUNA DA IMPRENSA, diário do Rio de Janeiro submetido a censura prévia, foi proibida de publicar matérias referentes à saída do ministro Severo Gomes. Assim, não pode veicular as informações que os demais jornais estavam fornecendo.

Inconformado com a discriminação, o diretor do órgão informativo, jornalista Hélio Fernandes, resolveu não acatar as ordens do censor, mandando publicar as matérias referentes ao episódio. A polícia então apreendeu toda a edição do jornal, e ainda as matrizes da rotativa.

Sem poder informar os leitores porque não saíra na quarta-feira, Fernandes mandou colocar faixa na fachada da sede do jornal, explicando que a edição fora apreendida. Essa faixa foi, então, retirada pelo Corpo de Bombeiros e Polícia Militar.

## SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO?



DOIS EXECUTIVOS DINÂMICOS APROVEITANDO A ONDA DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

## OS INTELLECTUAIS

Mais de mil intelectuais assinaram um manifesto contra a censura e um protesto pela proibição dos livros "Aracelli, meu amor", "Zero" e "Feliz Ano-Novo".

Trechos: " ..Nós, para quem a liberdade de expressão é essencial, não podemos ser silenciosos... O nosso amordaçamento há de equivaler ao silenciamento do próprio Brasil... recusamos abdicar de nossa identidade nacional e de nossa memória, repelindo a convivência com a apatia, com o falso registro de nossa realidade. É necessário revogar atos com efeito punitivo da atividade intelectual.

Responde o Ministro Armando Falcão, faz um balanço dos livros denunciados (219) e proibidos ("so" 74), filmes (4740 e 6) e peças (989 e 29). E conclui: "A censura das diversões públicas e das manifestações contrárias a moral e aos bons costumes, é exercida com fundamentação nas leis e na constituição, de maneira até parcimoniosa, em defesa da sociedade contra fatores de dissolução..."

O Deputado Alencar Furtado do MDB: "A censura existe fundamentalmente para reprimir manifestações políticas e não para sanear a moralidade, como faz crer o Ministro. Ele retrata o medo que o governo tem da cultura e da verdade e é por isso que vive em agonia a cultura nacional e a vida política brasileira vai aos trancos e barrancos.

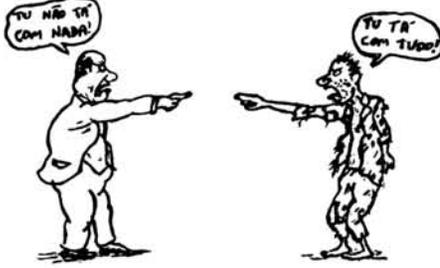
## ATIVIDADES SINDICAIS

Após conversa com o presidente argentino Jorge Videla, em que este prometeu breve retorno à Democracia e normalização das atividades sindicais, Otto Kersten, secretário-geral da Confederação das Organizações sindicais livres, com sede em Bruxelas, declarou:

Conversamos francamente. Só espero agora que o presidente Videla não repita o exemplo dos militares brasileiros que em 1964 nos prometeram mais ou menos o mesmo e até hoje nada cumpriram.

No triste quadro da América Latina, a situação argentina não é a pior, apesar dos pesares. Em outros países, como Brasil, Chile e Paraguai, há uma lastimável opressão contra os trabalhadores, só comparável à existente na Rodésia.

REINALDO



# O QUE HÁ PRA RIR

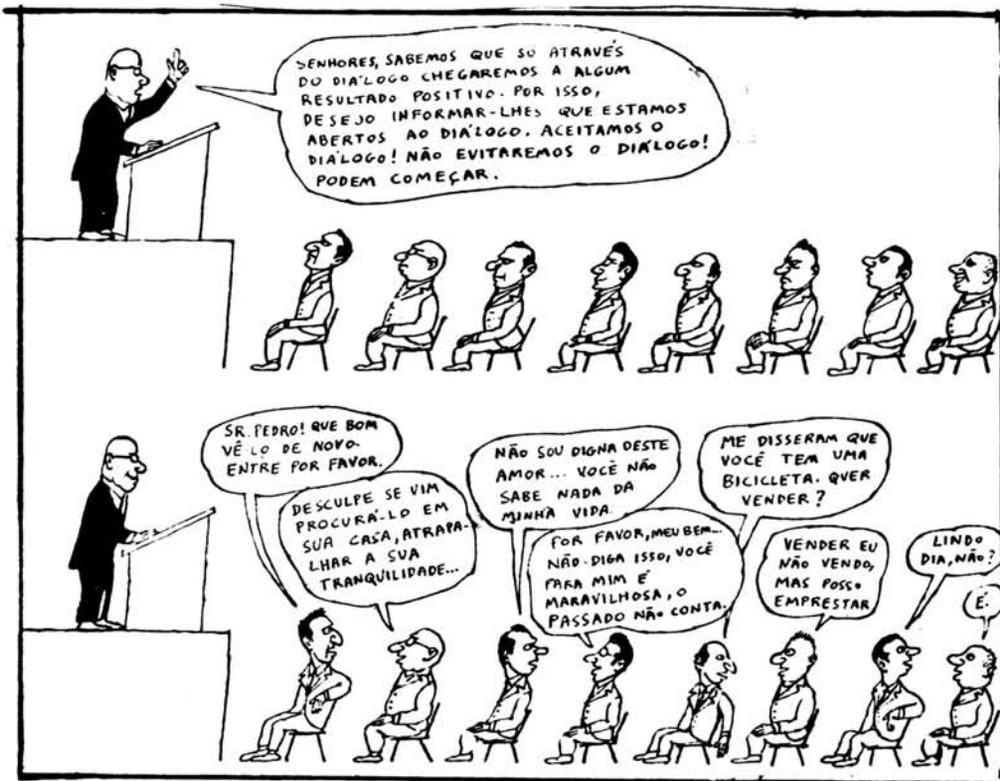
## 12

## REINALDO

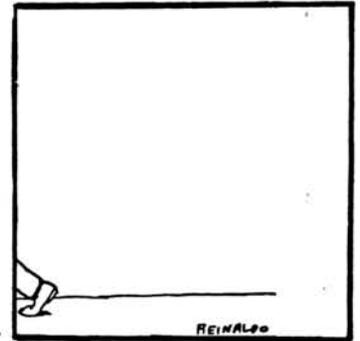


Reinaldo Batista Figueiredo nasceu a 3/11/51 no R.J. e escreve no Pasquim-desde 74 e no Ovelha Negra. Isto e tudo que pudemos saber dele além do fato de que em seus quadrinhos ele mostra como o blã-blã-blã oficial mascara a luta entre os detentores do poder e a classe' oprimida.





**REINALDO**





# GASOLINA:

## CAUSA OU DESCULPA ?



As recentes medidas adotadas para a diminuição do uso de combustíveis derivados do petróleo (1) estão sendo aplicadas como tentativa de solução para a atual crise econômica pela qual passa o país. Desde fins de 1973 e inícios de 1974, o "problema dos combustíveis" vem sendo acusado de principal causa da crise nos países capitalistas centrais e periféricos que, em maior ou menor escala, caracteriza-se pelo aumento da inflação, do custo de vida (principalmente em países subdesenvolvidos) e acentuado acréscimo nos custos de algumas matérias primas como o próprio petróleo e outros. É nossa intenção nesse artigo tentar analisar algumas das causas das supra-citadas situações e procurar estabelecer um raciocínio crítico acerca das medidas que estão sendo tomadas para contornar a crise.

O início da década de 70 marcou época como um período em que os países do chamado terceiro mundo, produtores, principalmente, de matérias primas, reforçaram o movimento no sentido de tentar um rearranjo na chamada "divisão internacional do trabalho". O quadro que se colocava, predominantemente, era de que os países subdesenvolvidos tinham sua receita baseada, em sua maior parte, na exportação de produtos não industrializados, a baixo preço, contraposta à necessidade de importar, com altos custos, manufaturas de toda espécie. Tomando como exemplo o Brasil, o seu maior produto de exportação, o café, era e é remetido para o exterior em forma de matéria prima, sendo o produto industrializado (p.ex. café solúvel) importado. A indústria de transformação existente no país, de caráter multinacional em sua maioria, longe de contribuir para um reequilíbrio das finanças nacionais, vinha, pela remessa de lucros e outras práticas predatórias, agravar ainda mais o déficit na balança corrente. Nesta situação, os países subdesenvolvidos vivem, como vivem até hoje, em constante instabilidade econômica, devido à grande disparidade entre os preços das matérias primas e dos produtos industrializados.

Dentro deste quadro, eram constantes as tentativas feitas pelos países subdesenvolvidos no sentido de rearranjo nos preços vigentes no comércio internacional. Seus êxitos eram de pouca monta, visto que o seu poder de barganha está ligado à sua soberania política, fator ligado indissolúvelmente à qualidade das forças econômicas e sociais que estão no poder nestes países. Ora, os países subdesenvolvidos são, em sua maioria, dependentes economicamente do capital transnacional que, como seria de se esperar, não tem interesse em uma transformação radical da ordem econômica, pelo contrário, esforçam-se sempre em manter os vínculos de dependência de alguns países em relação a outros.

O primeiro movimento de países produtores de matérias a vingar com algum êxito e que, pela sua importância estratégica como fator de controle da economia mundial, conseguiu abalar até um certo ponto esta estrutura de dominação, foi o aumento nos preços do petróleo bruto no mercado internacional. Implantado em fins de 1973 pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), da qual participam, além dos países árabes, a Venezuela e o Equador, entre outros, esse aumento teve a condição de se impor no jogo de forças internacional. Este fato foi possível em grande parte visto que alguns destes países haviam se afastado do chamado "bloco ocidental" e afirmado a sua autonomia (ex: Líbia, Argélia e Iraque). A este passo seguiu-se um declínio nos constantes "superávits" registrados pelos países industrializados, o que causou vários distúrbios políticos ao nível internacional com ameaças de intervenção armada dos EUA e da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) nos países do Golfo Pérsico. Como a intervenção armada não era possível, visto o risco de uma confrontação nuclear ao nível dos países capitalistas centrais e socialistas (os países socialistas apoiavam desde o início as iniciativas da OPEP), os países da Europa Ocidental e os EUA tiveram de arcar com o aumento de preços do petróleo e de seus derivados em geral (fertilizantes, gás liquefeito, etc.). Os países subdesenvolvidos importadores de petróleo, como o Brasil, viram também o aproximar da crise, visto que os preços de suas matérias primas permaneceram praticamente inalterados (baixos) no mercado internacional.

O que aconteceu de lá para cá reflete bem o domínio dos países industrializados sobre suas neo-colônias. O preço dos produtos industrializados sobe constantemente no mercado internacional. Com isto, a margem de lucros das grandes presas não decresceu com a crise, ao contrário, aumentou. Com a recessão econômica dos países

centrais na fase do aumento de preço do petróleo houve uma retração no mercado interno destas nações, com a consequente diminuição do mercado de consumo dos gêneros exportados pelos países do Terceiro Mundo. Estes países que dependem das exportações para manter uma balança corrente (balança comercial mais balança de serviços) (2) relativamente equilibrada, viram, assombrados, o crescente aumento de sua dívida externa com suas trágicas consequências de dependência e exploração.

Tomando por base este quadro geral, que se aplica perfeitamente no caso do Brasil, vemos que a situação econômica dos países subdesenvolvidos deteriora-se rapidamente. É necessário encontrar para estes países um meio eficiente de controle da dívida externa.

Sabendo que no caso do Brasil, por exemplo, o sistema econômico é dominado totalmente pelo capital estrangeiro com suas inevitáveis repercussões no sistema político, não optaria o governo, constituído como está hoje, por um ataque à dívida externa em seus pontos cruciais. É impossível, para um país dominado, eliminar a remessa de lucros para o exterior, o subfaturamento (preços irrisórios pagos pelas matrizes por produtos de suas filiais periféricas), o superfaturamento (preços abusivos pagos pelas filiais por peças e auxílio técnico dos centros de origem) e outras práticas conhecidas das multinacionais na evasão de divisas. O que restou para o sistema como remédio?

Os "remédios" encontrados no caso brasileiro mostram significativamente quem paga o preço pelo modelo econômico.

Sabemos, hoje, que a carência de gêneros de primeira necessidade está diretamente relacionado com os custos da notícia econômica. Por exemplo, é fato notório que a escassez de feijão deve-se ao pequeno incentivo dado a esta cultura que, por não ser um gênero exportável em grande escala, é substituído por outras culturas tais como a soja, esta sim rentável no mercado externo. Fica claro que o governo procura através de uma economia voltada para o exterior compensar o crescente déficit econômico e que com isto os principais prejudicados são os consumidores. Em outro caso sobem vertiginosamente os preços da carne para que diminuindo o consumo interno, aumente a pauta de exportações.

A recente "racionalização do uso de combustíveis" vem apenas como mais um passo para onerar aqueles que já padecem efeitos de uma exploração desenfreada.

Como primeiro dado, podemos afirmar que apesar da renda per capita nos EUA ser cerca de 6 vezes a congênera nacional (e sabemos os desvios e imperfeições que este índice carrega) o preço do litro de gasolina comum naquele país é de Cr\$1,70, enquanto aqui vai, praticamente, a Cr\$ 8,00.

Em segundo lugar, o aumento dos preços dos combustíveis irá refletir-se necessariamente no custo de vida via preços de gêneros transportados por meios que requerem combustíveis petroquímico, que por serem produtos facilmente perecíveis necessitam uma grande mobilidade de transporte (rodovia). Além disto, aqueles que se utilizam de transporte individual para se dirigirem aos locais de trabalho ou estudo, em parte induzidos pela intensa propaganda sobre o automóvel como meio de locomoção e, em parte, pela precariedade dos transportes coletivos (3), verão constrangidos a queda de seu poder aquisitivo.

Além desses efeitos imediatos, todos sabem que os efeitos dos preços do transporte por rodovia no custo dos produtos são diretos e incontornáveis (84% do transporte no país é feito por rodovia), sendo assim utópica e mesmo pouco inteligente a afirmação de que os ricos seriam os principais afetados pelas medidas agora impostas. Ora, para os que possuem 2 ou mais carros, pouco importa que a gasolina custe Cr\$5,00 ou Cr\$10,00 o litro. Aqueles que podem pagar Cr\$100.000,00 à vista por um carro não deve estar muito preocupado com o acréscimo de Cr\$2,00 por litro.

Como alternativa para a "racionalização", quais seriam as medidas mais compatíveis, então, com as aspirações populares?

É evidente que o racionamento sem elevação dos preços seria preferível às atuais medidas. Que se destinasse o combustível, preferencialmente, para os setores de alta necessidade como transporte de alimentos e transportes coletivos, medida que, sem dúvida, não oneraria tanto as classes menos bastadas como, por exemplo, o depósito compulsório de Cr\$2,00 por litro. Isto fica evidente quando sabemos que este dinheiro, quando for restituído, dali a dois anos, terá perdido grande parte de seu valor devido à inflação.

Ao mesmo tempo teríamos como sugestões o controle das remessas de lucros para o exterior, a criação de uma forte indústria de base de caráter nacional e estatal, o aumento do poder aquisitivo do trabalhador e, principalmente, que o país adotasse uma posição de valorização de seus produtos no mercado internacional que, em um movimento conjunto dos países do 3º Mundo, visasse transformar radicalmente a situação mundial.

Agora resta a pergunta: será que os interesses refletidos em um desejo de uma nova ordem interna e externa são os mesmos daqueles que hoje propõem e impõem a "racionalização" do uso dos combustíveis?

- 
- (1) Do conjunto de 14 medidas, as principais são:
- depósito compulsório (empréstimo restituível, sem juros ou correção monetária, no prazo de 2 anos) de Cr\$2,00 por litro de gasolina e de Cr\$250 por tn. de óleo combustível.
  - aumento nos preços dos pedágios em 50% nos fins de semana.
  - fechamento dos postos de gasolina do sábado à tarde até a madrugada de 2ª feira nos grandes centros.

(2) Balança comercial corresponde ao saldo entre exportações e importações, enquanto que a balança de serviços envolve o pagamento de juros, royalties e despesas várias.

(3) O que é nada mais, nada menos, que a consequência de uma política de transporte voltada para os interesses da indústria automobilística. O abandono das ferrovias, a sua manutenção como via de transporte apenas em caso de interessarem às grandes companhias multinacionais, manutenção deficitária que corre sempre por conta do Estado é reflexo desta deformação na política dos transportes.

---

**PARTICIPE**

**D'O**

**BISTURI**

# UMA LUTA, MAIS DO QUE NUNCA,

"O Brasil está mais atrasado que a Espanha no respeito aos Direitos Humanos, porque os espanhóis já iniciaram a supressão dos textos mais graves de sua legislação e começaram um processo de anistia que, em toda a história do mundo, tem representado o primeiro passo que países com sistemas repressivos passem a respeitar esses direitos" (JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de fevereiro de 1977).

Esta é uma das principais conclusões da Comissão Internacional de Juristas Católicos que, representando a Comissão de Justiça e Paz do Vaticano, esteve em visita ao Brasil com o intuito de estudar de perto as constantes denúncias sobre a violação dos direitos humanos em nosso país.

Segundo revelou o presidente da Comissão visitante, esta somente viria em março com a finalidade de fazer um levantamento sobre a repressão à Igreja. Contudo, a missão foi antecipada graças às denúncias de que militantes do Partido Comunista do Brasil, presos por tropas do I, II e III Exércitos em dezembro do ano passado, quando três deles foram mortos pelas forças militares, estavam sendo vítimas de torturas. Estas denúncias já haviam motivado o repúdio dos estudantes em carta do DCE-livre e 22 entidades da USP e outro com 56 entidades de todo o estado, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e de "partidários da ação não-violenta" às prisões, mortes e torturas daquelas pessoas. No exterior, os protestos foram violentos: em Portugal, a ação das "forças de segurança" foi condenada por unanimidade no Parlamento e um abaixo-assinado com 40.000 assinaturas foi levado por parlamentares à embaixada brasileira em Lisboa; na França e na Bélgica, houve manifestações públicas e um grupo de intelectuais franceses, entre eles Ives Montand e Simone Signoret, assinou documento denunciando a opinião pública internacional a trágica situação daqueles presos.

Para Louis Joinet (da Administração Central da Justiça de Paris) e Mario Stasi (da Ordem dos Advogados da França), membros da Comissão, não restam dúvidas de que Aldo da Silva Arantes, ex-presidente da UNE, foi de fato torturado, apesar do desmentido do juiz-auditor Rafael Maia: "...Minha experiência como magistrado e delegado de várias organizações humanitárias mostra que, no Leste ou no Oeste, em países comunistas, quando se nega a apresentação pública de prisioneiros, há uma presunção clara de que os mesmos foram torturados. Se não houve tortura, o interesse do juiz responsável pelo inquérito, para comprovar sua própria honorabilidade, é o de mostrar imediatamente o prisioneiro. Além disso, os fatos contradizem a versão do juiz de que a denúncia de tortura é uma calúnia, havendo claramente cinco presunções de torturas: a primeira é a recusa em me deixar ver o prisioneiro; além disso, o médico de Aldo Arantes, que pôde avistar-se com ele, teve seu trabalho limitado a constatar se ele era ou não epilético; em terceiro lugar, os laudos oficiais, um militar é outro do IML, não oferecem as necessárias garantias, porque não se permitiu que um médico apontado pela família acompanhasse o exame pericial; os laudos reconhecem a existência de hematomas e

## NOSSA

"Quem cala sobre teu corpo  
ocnente na tua morte  
talhada a ferro e fogo  
nas profundezas do corte  
que a bala riscou no peito".

(MENINO - Milton Nascimento e Ronaldo Bastos)



cicatrices e apenas dizem que não há sinais de choques elétricos, e todos sabem que a tortura existe mesmo sem os choques; e, por último, os laudos dizem que as marcas de sevícias são anteriores à data da denúncia, mas como são posteriores à data da prisão de Aldo, foram causados no DOI-CODI e através de tortura".

Além disso, de acordo com o noticiário dos jornais, a Comissão encontrou ainda um grande número de casos em que os direitos humanos não são respeitados. E, foi para seus membros, estarrecedor a verificação de que as torturas são praticadas até mesmo contra crianças.

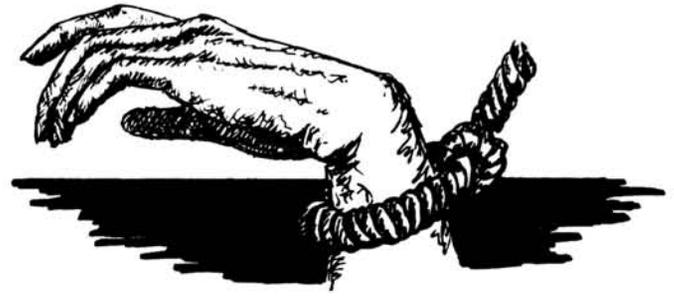
Evidentemente, existe uma situação de fato que permite a tranquila difusão de atos desse tipo e essa situação encontra-se escudada na existência de uma legislação de exceção, cuja maior finalidade é reduzir os oponentes do regime ao mais completo silêncio. E assim, estando submetida a arma da crítica, torna-se extremamente fácil implantar as medidas mais impopulares, o arrocho salarial, o ensino pago, o aumento incessante dos presos dos alimentos e dos combustíveis, etc.

Por isso, não nos calarmos frente às tentativas de emudecer as vozes discordantes, faz parte da luta que devemos levar para que os nossos interesses não continuem sendo tão feridos como vem ocorrendo já há vários anos. Somente a participação de todos os brasileiros, organizados em partidos, sindicatos, entidades estudantis, associações de bairro, permitirá que dos debates livres, do jogo de idéias, das experiências do próprio povo, enfim, surjam as soluções para os problemas que agora enfrentamos.

Neste processo, um passo fundamental é a ANISTIA A TODOS OS PRESOS POLÍTICOS, pois está claro que os debates somente serão livres na medida em que todas as tendências existentes possam se manifestar, sem ter a sua frente a tortura, a prisão e, até mesmo a morte.

P.S. Quando a presente edição de "O BISTURI" já se encontrava em fase final de preparo, chegou-nos a notícia de que o advogado Mario Stasi havia sido interrogado nas dependências do Galeão, onde aguardava o embarque de volta à Europa. Na oportunidade, todos os documentos obtidos durante sua permanência no Brasil e que atestam a existência de torturas e a ação de todo o sistema repressivo do país lhe foram confiscados sob a alegação de que "serviam para denegrir a imagem do Brasil no exterior." O que nem os próprios membros da Comissão esperavam é que suas denúncias pudessem ser tão rapidamente confiscadas.

# ÉTICA MÉDICA



É difícil definir tortura. Um dicionário diz: "tortura é a inflação de intensa dor, provocada por queimadura, compressão, ferimento, especialmente para punir ou obter confissão"

Há uma série de facetas que expandem a definição. No mínimo duas pessoas são envolvidas: o torturador e a vítima. A vítima está sob o controle físico do torturador. Além da inflação da dor como elemento básico, a definição deve também incluir o constante stress mental ou psicológico e, finalmente, há uma intenção implícita da parte do torturador de despersonalizar a vítima, destruindo sua humanidade.

No interrogatório, costuma-se deixar a vítima encapuçada, amarrada, sendo tratada com as mais diversas injúrias. O passo seguinte é colocar a vítima em estado de pânico, de um animal acuado e apavorado. Para isso utilizam-se de diversas formas de provocar a dor sem deixar marcas que comprovem a aplicação da tortura.

Quais são as partes do corpo que mais doem quando são golpeadas, deixando apenas marcas que rapidamente desaparecem? Por quanto tempo podemos aplicar um choque de 220 V sem provocar a morte? Quais as partes mais sensíveis a choques de pequena voltagem? Se dermos uma injeção de amoníaco o que acontecerá com a vítima? Se amarrarmos o pênis da vítima, não a deixando urinar, o que ela sentirá?

Para responder a essas perguntas, o torturador precisa conhecer a fisiologia do organismo humano. Precisa também de alguém que acompanhe o estado da vítima, indicando os momentos em que o torturador deve parar para que ela continue a viver e para tratar as lesões provocadas.

Por isso em cada equipe de torturadores há um médico. Estes médicos, além de terem abandonado os ideais éticos de sua profissão, abandonaram, como todos os torturadores, o preceito moral de humanidade.

Em 1973, a organização ANISTIA INTERNACIONAL realizou, em Paris, a Conferência Para a Abolição da Tortura, onde foi formada uma comissão médica que propôs que fossem incluídas no Código de Ética Médica as seguintes questões:

a) Pessoal médico e associado deve recusar-se a permitir que suas habilidades profissionais ou de pesquisas sejam exploradas, sob quaisquer aspectos, com o objetivo de tortura, interrogatório ou punição, nem deverão participar de treinamento de outros para essas atividades. Essa proibição aplica-se também para a proteção de dissidentes políticos em quaisquer instituições a que estejam confinados.

b) Os médicos e associados devem permanecer escrupulosamente vigilantes quanto à possibilidade de suas pesquisas serem utilizadas com objetivos contrários à sua intenção original e devem evitar cuidadosamente envolvimento em qualquer trabalho que pareça passível de abusos. Pesqui-

sas feitas sob o patrocínio ou com a assistência financeira de organizações militares ou de segurança são particularmente suspeitas.

c) Os médicos devem evitar que seu poder especial para confinar pessoas em hospitais mentais seja usado como meio de evitar processos.

d) Pessoal médico trabalhando em prisões ou em outros campos de segurança devem insistir em que sejam contratados e estejam subordinados a uma autoridade independente daquela instituição de confinamento.

e) Pessoal médico que venha a ter conhecimento de torturas ou de planos nesse sentido, está obrigado a comunicar o fato às autoridades competentes.

f) Experimentação médica em qualquer instituição, mas particularmente naquelas em que as pessoas se encontram, contrariamente a sua vontade, deve ser processada em estrita observância às regras de Helsinque sobre conduta em experimentação humana.

g) Prisioneiros, e outros confinados contra sua vontade própria, devem ter o direito de livre acesso aos médicos de sua própria escolha.

h) Membros da profissão médica devem dar todo o apoio possível a colegas prejudicados por terem seguido as determinações deste Código de Ética Médica.

Em 1975, a Assembléia Médica, reunida em Tóquio, aprovou essas sugestões.

No Brasil, apesar de não reconhecida oficialmente, a tortura a presos políticos e comuns é fato público e notório, porém a censura à imprensa e a omissão por parte de alguns órgãos jornalísticos sempre impediram que esses fatos fossem divulgados e analisados pela opinião pública.

Mais recentemente, A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou o documento "Comunicação Pastoral ao Povo de Deus", onde denuncia a prática de torturas a posseiros e a elementos do clero.

Certamente nesta prática, tornada rotineira, participam médicos, exercendo o controle de resistência dos torturados. Nas prisões ocorridas no fim de 1975, esta prática culminou com a morte de várias pessoas, entre elas a de Wladimir Herzog, em condições até hoje não devidamente elucidadas, nas dependências do DOI-CODI do II Exército. Isto não impediu que essa morte fosse atestada por médicos ligados a instituições também oficiais, como o Instituto Médico Legal, pela pessoa de Harry Shibata, recentemente homenageado na Congregação da FMJSP, por iniciativa do professor Lacaz, quando o homenageado foi nomeado diretor do Instituto Médico Legal.

# TORTURA

# MOVIMENTO

## ESTUDANTIL

A participação dos estudantes no processo político brasileiro remonta a épocas anteriores à própria Independência do Brasil. As idéias de independência, veiculadas na época da Inconfidência Mineira, tinham como seus principais mentores os estudantes, influenciados pelos ideais dos filósofos iluministas. A participação na luta pela Independência do Brasil, na Campanha Abolicionista e na Proclamação da República foi muito marcante. Levando sempre as idéias do progresso social, os estudantes tiveram participação ativa em todos estes acontecimentos, porém é na década de 30 que o Movimento Estudantil sofre uma mudança qualitativa importante.

Fruto da tomada de consciência quanto à necessidade de uma organização de caráter permanente e nacional da participação política estudantil, surge a União Nacional dos Estudantes. A UNE surge como consequência de uma maior organização dos estudantes, conseguida com a formação de diversas frentes anti-fascistas criadas no início da década de 30, o que culminaria com a sua fundação em agosto de 1937, tres meses antes da implantação do Estado Novo. Desde o início, a UNE foi alvo de repressões e tentativas de controle da sua direção pelo governo, devido ao rumo progressista que encetara, entrando em conflito com o poder ditatorial.

Durante a década de 40, promove intensa campanha contra o Eixo e, em 45, a favor da anistia aos presos políticos.

De 47 a 50, a UNE, sob hegemonia do Partido Socialista, desencadeia lutas de caráter nitidamente nacionalista, como a campanha de "O Petróleo é Nosso", o que faz com que se intensificasse a repressão governamental.

De 50 a 56, ocorre infiltração norte-americana no ME brasileiro, tendo como consequência uma intensa apatia política; é a fase do peleguismo universitário, quando a direção da UNE procura conciliar os interesses dos estudantes com os do governo, em detrimento de uma luta efetiva e consciente do conjunto dos estudantes.

Só com a subida de Juscelino é que a UNE volta a tomar rumos progressistas novamente. O golpe de 19 de abril de 64, no entanto, veio como uma barreira no caminho tomado pelos estudantes. A UNE teve de ir à clandestinidade. A lei Suplicy, em 64, criava os DAS (diretórios acadêmicos) e DCEs (diretórios centrais dos estudantes), procurando colocar sob a tutela do governo as entidades estudantis.

Os anos que se seguem, principalmente 1968, são de intensa efervescência política, tanto no Brasil como no exterior. Os estudantes saem às ruas protestando contra a situação vigente. A partir de 68, no entanto, a repressão intensifica-se não só no meio estudantil, como em outros setores da sociedade. O AI-5 e a lei nº 477 são promulgados, tentando de qualquer forma conter as manifestações.

Os anos de 71, 72 e 73 caracterizaram-se por uma intensa repressão. Muitos líderes es-

tudantis são presos ou mortos nesta época. O processo desencadeado levou a duras perdas nas lideranças e provocou uma retração do ME brasileiro.

Na USP, a apatia política a partir de 69 foi marcante. A falta de um órgão central que dirigisse os estudantes de forma mais ampla e permanente era um fato. Apesar de em 1971 haver um Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE) este se encontrava bastante afastado do conjunto dos estudantes e sua atuação era limitada por todo o clima repressivo. Neste ano criou-se o Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos que deveria ter uma atuação vinculada ao DCE. O final das atividades do DCE no início de 1972 foi o fim do Conselho de Presidentes; em seu lugar foi criado o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA). O CCA travou lutas importantes como o plebiscito contra o Ensino Pago, em que 10000 estudantes e professores votaram, posicionando-se a esmagadora maioria contrariamente ao Ensino Pago.

Em 1973 quando do assassinato pelos órgãos de repressão policial do colega Alexandre Vanucchi Leme, os estudantes se levantaram unidos, num amplo movimento de contestação política. Em 1974 novas prisões recaem sobre vários estudantes da USP; cria-se no início desse ano o CDPP (Comissão de Defesa dos Presos Políticos), em que participavam não só estudantes, mas também elementos de outros setores sociais, unidos a favor de um objetivo comum.

As divergências e disputas internas levaram, no entanto, a um desmantelamento do CDPP a uma apatia do CCA, que já não conseguia centralizar e dirigir as lutas dos estudantes de forma mais enérgica, quando isto se tornava necessa-

mais enérgica, quando isto se tornava necessário. O plebiscito contra o 477 levado pelo CCA no início de 75, foi uma das últimas lutas de importância levada por aquele órgão: dos 10000 alunos que votaram, 95% se posicionou contra o decreto lei. A importância desse resultado foi enorme: a ameaça de aplicação do 477 contra 3 colegas da USP nessa época foi barrada graças a postura firme tomada pelos estudantes.

A necessidade de um órgão centralizador para os estudantes da USP, no entanto, era patente. As novas feições que tomavam as lutas suas ampliações, já não correspondiam mais as

formas de organização precárias que se tinha. As lutas travadas pelos Centros Acadêmicos eram limitadas e dificilmente ultrapassavam os muros das próprias escolas. O CCA, perdido em divergências, não conseguia cumprir o papel de dirigir os estudantes de uma forma única.

A greve da ECA (Escola de Comunicações e Artes), foi o cume da ampliação e combatividade das lutas que se iniciaram nos anos anteriores. Durante todo o seu desenrolar, em que alunos da ECA permaneceram 3 meses paralisados contra os desmandos do então diretor Manuel Nunes Dias, o aspecto da combatividade do movimento e da debilidade da direção foi marcante. O CCA atolado em discussões não conseguia dirigir a luta nesse momento. Extinguiu-se nessa ocasião dando lugar a uma Comissão Universitária. A necessidade da criação de um órgão central era clara, a Comissão Universitária coube a tarefa levá-la adiante.

Ainda em 75, o recrudescimento das pressões políticas e das torturas que culminaram com o assassinato do jornalista e professor da USP, Vladimir Herzog, desencadeou um amplo movimento de repúdio. Todos os estudantes da USP entraram em greve por três dias. O movimento culminou com um culto ecumênico na Catedral da Sé, que apesar de todas as tentativas do regime de impedir o acesso da população ao local, contou com mais de 8.000 pessoas.

Todo movimento do final do ano de 1975 serviu para mostrar que a Comissão Universitária não cabia mais a função de centralizadora das lutas pelos interesses dos estudantes. A necessidade de um órgão que congregasse todos os alunos da USP e levasse suas lutas de uma forma unida foi o que levou à concretização da idéia de se criar um Diretório Central dos Estudantes (DCE). Embora a idéia de se criar um DCE na USP fosse algo que já existisse há mais tempo, apenas as lutas travadas a partir de 1973 propiciaram as condições para sua definitiva criação.

A Comissão Universitária coube levar adiante o processo de criação do DCE. O trote de 76 programado pela Comissão visava iniciar o processo de discussão a respeito do DCE junto aos calouros.

Após o trote, três assembleias gerais foram realizadas e deliberou-se quanto ao processo eleitoral que levaria à criação do DCE. Estas eleições deveriam ser livres e democráticas, sendo que qualquer grupo de alunos poderia se candidatar. O DCE seria livre de qualquer interferência das autoridades universitárias. Assim, durante o mês de abril, a Universidade viveu um clima de eleições quando 13.000 estudantes da USP elegeram seus legítimos representantes para a direção do DCE.

Durante a noite anterior ao dia em que se daria a apuração dos votos, as urnas foram roubadas do C.A. da Economia onde se encontravam guardadas. A responsabilidade sobre a vigilância dos prédios da USP está a cargo da Reitoria. Caracterizou-se assim, o roubo das urnas, como uma manobra que procurava atingir o ME procurando impedir as eleições que criariam o DCE. Novas eleições no entanto foram marcadas e os estudantes puderam, livremente, escolher seus representantes.

Desde sua criação o DCE sofreu grandes dificuldades: a falta de uma sede própria, seu não reconhecimento pela Universidade, a falta de

verbas, etc... Todos esses fatos no entanto não impediram que o DCE dirigisse as principais lutas dos estudantes da USP em 76.

A greve do CRUSP, sem dúvida, foi uma das principais. Em agosto do ano passado os preços das refeições no Restaurante do CRUSP sofreram um novo aumento, o 2º naquele ano, o preço subira mais de 50% em menos de um ano! Contra este aumento e a má qualidade dos serviços prestados pelo COSEAS e CRUSP os estudantes se mobilizaram numa luta comum. A reitoria alegando que já não havia verbas suficientes para manutenção dos preços do restaurante, mostrava apenas sua tentativa de se desincumbir de suas obrigações: moradia, serviço médico gratuito, alimentação, etc.

Os estudantes dirigidos pelo DCE-Livre empreenderam uma luta contra o aumento dos preços, chamando a atenção da população para o fato e discutindo amplamente a questão. A ameaça de que a luta ultrapassasse os limites da Universidade, fizeram com que as autoridades tomassem medidas no sentido de conter a movimentação. Vários elementos da diretoria do DCE e outros alunos foram chamados a depor no DEOPS. Os estudantes no entanto não arredaram pé, no mesmo dia entraram em greve em apoio aos colegas e ao DCE. No dia seguinte uma assembleia convocada pelo DCE concentrou-se em frente à Reitoria protestando contra toda a situação. O Reitor no entanto não reconhecia o DCE-Livre como representante dos alunos mas apenas os representantes discentes no Conselho Universitário. Os 7 representantes renunciaram aos seus cargos e o Reitor acabou aceitando na prática a existência do DCE-Livre quando chamou à sua presença elementos da diretoria para comunicar a decisão de voltar aos preços anteriores.

A vitória do CRUSP foi sem dúvida uma das principais lutas dirigidas pelo DCE no ano passado, no entanto, outras Universidades e Escolas de São Paulo e outros Estados, despertaram também da apatia política e travam lutas específicas importantes.

Coube a vários DCEs das diversas Universidades organizarem um encontro do qual participaram 700 estudantes. A pauta do encontro incluía questões de fundamental importância para os estudantes: reorganização do M.E. a nível nacional e eleições de 15 de novembro. O debate político possibilitou uma avaliação mais concreta da situação dos vários Estados e a 1ª tentativa no sentido de estabelecer uma unificação das lutas travadas. Isto tornou-se bastante claro à medida que no final do ano de 76, estudantes de todo o Brasil unem-se na tentativa de barrar a implantação da resolução 30. Com a implantação da resolução 30 adiada, os estudantes estão belecem uma nova vitória como todas as anteriores conquistadas na luta em defesa de nossos interesses.

Participe do

**DCE - LIVRE**

**USP**

**ALEXANDRE VANNICCHI MEME**

## BRASÍLIA: BANDEJÃO X BANDEJINHA

O Diretório Universitário da Universidade de Brasília vem organizando os alunos dessa Universidade na briga contra o aumento do preço da refeição servida pela direção da UnB (bandejão), uma tarefa parecida com a que teve o nosso DCE-Livre "Alexandre Vanucchi Leme" no ano passado.

Como forma de atuação, os alunos resolveram fazer o que se chamou de "bandejinha" - refeição por eles próprios preparada. Escreveram carta aberta à população, onde pediam alimentos para poderem levar adiante sua tarefa, no que estavam sendo muito bem atendidos. Também faziam dentro do campus universitário um pedágio onde as pessoas que passavam eram convidadas a dar contribuições aos estudantes. Como o Reitor proibiu este pedágio dentro do campus, ele passou a ser feito na rua. Quando então 38 estudantes foram presos e fichados.

Atualmente, depois de irem ao Ministério de Educação e Cultura, os alunos se restringiram, por falta de dinheiro, a preparar a "bandejinha" só uma vez por semana, em dia surpresa, quando todo o bandejão fica sem ser usado (causando prejuízos à Universidade) e a guardam a volta às aulas, já que só estão frequentando o campus os alunos dos cursos de férias, cerca de 1/5 do total.

## CAMPINAS - INTERNOS BRIGAM: FALTA DE PESSOAL AUXILIAR

Devido a vários fatores como, falta de pessoal para médico qualificado (enfermeiras, atendentes e assistentes sociais); carência de professores em diversas áreas; deficiência e inoperância dos serviços de laboratório, Raio X, ECG, ginecologia; falta de alojamentos adequados para os plantonistas; desconhecimento da distribuição de verbas da Faculdade (que é extravagante), já que por exemplo, ao mesmo tempo em que a falta de materiais básicos e baratos de laboratório, montou-se luxuoso ambulatório de Dermatologia num dos melhores bairros da cidade, e na Ginecologia, clínica do Diretor da Faculdade, o funcionamento é normal), inicialmente os 69 anistas e, posteriormente, os 59 anistas e residentes de 1º ano da Faculdade de Medicina da UNICAMP entraram em greve, durante a qual efetuaram levantamento da condição geral do curso.

## BRASÍLIA - INTERNOS BRIGAM: BOLSAS

Os internos da Faculdade de Medicina da UnB obtiveram vitória após fazerem um movimento em que reduziram a 6 horas diárias seu serviço (mínimo obrigatório, embora eles trabalhem normalmente mais que o dobro) e enviaram carta aberta ao Ministro da Educação.

Assim, pelo 3º ano consecutivo, mantiveram seu direito à bolsa (Cr\$830,00) e à alimentação gratuita à base de movimentação coletiva.

Antes do Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC divulgar a vitória dos acadêmicos, o Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, Paulo Rios, chegou a afirmar que "Medicina deve ser uma profissão para gente rica, que tenha pais com posses para manter os filhos enquanto estudam, porque quanto mais o governo dá, mais o estudante quer."

## LEIA E DIVULGUE A IMPRENSA INDEPENDENTE

### RIO - INTERNOS BRIGAM:

#### HOSPITAL RUIM, FALTA DE BOLSAS

Segundo nota dos sextanistas de medicina da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, "a crise dos hospitais-escola é apenas um exemplo que mostra que a deficiência do ensino, a má administração dos recursos financeiros e a baixa qualidade da assistência médica constituem variáveis que periodicamente são contrapostas por protestos, paralisações e greves gerais por parte de internos e residentes, já que esses são os que mais se ressentem com a precariedade de condições desses hospitais"

No caso deles, a falta de condições de funcionamento de setores básicos onde campeiam o pequeno número de funcionários, a sujeira e a deficiência até de talheres e comida para os pacientes, contrastando com o gasto de verbas altíssimas em setores sofisticados (transplantes, por exemplo); a excessiva carga horária (66 horas semanais, em média), e a suspensão das bolsas (900 cruzeiros) devido às reclamações, motivaram-nos a entrar em greve.

Receberam apoio dos residentes do hospital, que inclusive não vão cobri-los em seus plantões; da AMRJ e da ANMR.

## LEIA E ASSINE MOVIMENTO

OS OBJETIVOS  
DE MOVIMENTO.

UM JORNAL DEMOCRÁTICO

apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana;

descrever a cena brasileira, as condições de vida do gente brasileira;

acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros;

pelos liberdades democráticas;

pelos melhorias da qualidade de vida da população;

contra a exploração do país por interesses estrangeiros;

pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo;

pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.

# VERSUS

## ASSINE VERSUS

BRASIL  
MULHER

Leia e  
assine  
Opinião

NÓSMULHERES

Um Jornal voltado para  
a mulher brasileira e  
os seus problemas.

# RESOLUÇÃO 30 ESTUDOS SOCIAIS e a sopa curricular

Em outubro de 1964, O Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou a criação de 3 tipos de licenciaturas, destinadas a formação de professores "polivalentes" para o curso ginásial, com duração de 3 anos. Essas licenciaturas "curtas" seriam em Letras, Ciências e Estudos Sociais.

Inúmeras escolas foram então abertas oferecendo diplomas nessas áreas; é bom lembrarmos que com raras exceções a maior parte desses cursos não oferecia as mínimas condições de formar os profissionais a que originariamente eram destinados tais cursos.

Para termos uma idéia da qualidade de tais cursos basta vermos que se em 1966 uma Portaria do MEC estabelecia em 2025 horas o tempo útil para a integralização do currículo, em janeiro de 1972 o CFE aprovou uma resolução que reduzia o tempo útil da licenciatura curta em Estudos Sociais, para 1200 horas, mantendo-se o currículo anterior!!!

Disse uma Conselheira consultada a respeito pelo próprio CFE: "Um licenciado, aos 18 anos e meio, poderá já estar habilitado a enfrentar o ensino do 1º grau, se tiver terminado o ensino do 2º grau aos 17. Para exemplificar, um professor de Estudos Sociais, nesse período de 3 semestres, deve estudar: toda a História Geral e do Brasil, toda Geografia Humana e Física, elementos de Ciências Sociais. Deverá adquirir conhecimentos sobre Psicologia do educando e aprendizado da Estrutura e Funcionamento do ensino do 1º grau sobre Didática, adquirir prática em estágio supervisionado. Não estaremos superestimando as aptidões dos nossos futuros professores, acreditando que sejam capazes de tanto em tão pouco tempo? "

Dessa indicação resultou deliberação que determinava que a licenciatura curta não poderia ser ministrada em menos de 4 semestres.

Em 1971 a reforma de ensino instituiu o en-

ra e agrupou os antigos primário e ginásial em só nível (1º grau) a partir do qual o ensino prosseguia no 2º grau com duração de 3 anos. A reforma estabeleceu também a distinção entre professor graduado em Licenciatura em curso de curta duração (professor das últimas 4 séries do 1º grau) e o licenciado em duração plena (professor do 2º grau).

Para a implantação das tais licenciaturas curtas foi baixada em 74 a resolução 30 que regulamentava a criação de cursos de licenciatura cur-



ta em Universidades Estaduais e Federais, a partir de 1977. Já no momento da inscrição no vestibular, o candidato deveria optar entre os cursos de bacharelado e licenciatura. O primeiro se destinaria aos que fossem se dedicar a pesquisa enquanto os que optassem pelo segundo deveriam fazer a licenciatura de curta duração habilitando-se para o ensino do 1º grau. Alunos aprovados nessa licenciatura curta, poderiam se quisessem continuar seus estudos em uma das especializações em Ciências (Física, Química, Biologia ou Matemática), obtendo diploma em licenciatura ple-

A tentativa de Implantação de Estudos Sociais (Resolução 30) tanto no ensino de 1ª e 2ª com na Universidade, culminou com intensa crítica por parte de professores e alunos de várias escolas como podemos ver nos trechos seguintes:

1) "... o então diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, denominou os Estudos Sociais de "sopa curricular" (O Estado de São Paulo - 21/8/73)

2) "... de fato há elementos paradoxais numa resolução que pretende melhorar o nível do magistério secundário e reduz o tempo de formação de um licenciado de 4 para 2 anos..." (da comissão encarregada pelo Conselho Universitário da USP para a implantação da Resolução 30)

3) "A resolução baixada pelo CFE não levou em conta as diferenças regionais quanto ao mercado de trabalho, visto que em muitas regiões este mercado já se apresenta saturado..." (moção da Assembléia Geral da Sociedade Brasileira de Física)

4) "A resolução 30 separa alunos de licenciatura e bacharelado desde o momento de ingresso na Universidade, eliminando dessa forma... o salutar intercâmbio entre futuros pesquisadores e futuros professores..." (idem)

Os trechos transcritos acima, revelam a preocupação dos professores, cientistas e alunos quanto a implantação das tais licenciaturas curtas.

Os que defendem tais licenciaturas alegam que num país como o nosso, carente de pessoal especializado, deveria se formar profissionais rapidamente, mas cabe aqui a pergunta: se houvesse uma necessidade tão urgente de professores para tornar realidade a educação mínima de 8 anos, por que não aumentar as vagas das Universidades o quanto fosse necessário nas diferentes regiões do país? Nem numa situação dessas seria concebível deixar-se proliferarem escolas que são meras fábricas de diplomas!

A última medida das autoridades governamentais na tentativa de implantar definitivamente as licenciaturas curtas nas universidades federais e estaduais foi a portaria 790 decretada pelo Ministro Nei Braga em outubro do ano passado. Esta portaria estabelece a exigência da licenciatura curta para aqueles que desejam lecionar História e Geografia no antigo ginásio. Tal medi-

da trouxe grande inquietação no meio de professores e alunos de diversas escolas que culminou com a Reunião Nacional de Ciências Humanas, em 20/11/76, em Belo Horizonte, onde os estudantes se posicionaram contrários à implantação de Estudos Sociais e a Resolução 30, lançando um manifesto dirigido a toda população brasileira em que denunciam tais medidas, porquanto:

-constituem uma forma a mais de fazer das ciências e do ensino em todo país um veículo da ideologia dominante.

-desobrigam o Estado da responsabilidade sobre o custeio do ensino, destinando menores verbas aos cursos e estimulando as faculdades particulares.

-acentua a tecnização do ensino, favorecendo a classe empresarial em detrimento das reais necessidades da população.

-tem um caráter anti-democrático uma vez que de sua formulação não contou com a participação dos principais interessados.

A manifestação dos estudantes reunidos em Belo Horizonte foi logo seguida do protesto de inúmeros professores e cientistas na forma de abaixo-assinado, encaminhado ao MEC.

Os estudantes culminaram sua movimentação com uma concentração em frente à sede do MEC em São Paulo em que reivindicavam a pronta revogação da Portaria 790.

O MEC, frente a toda a mobilização contrária dos professores e estudantes resolveu adiar a implantação da Portaria 790, propondo um estudo acerca da questão.



Faça seu Centro crescer  
Participe e pague  
a sua anuidade.

Ser moço é ser livre e idealista, inconformado com a realidade quando predomina a opressão que restringe a liberdade de pensamento e de ação.

Foi o inconformismo de jovens, inclusive de Tiradentes, que lançou os primeiros brados de emancipação nacional. Foram os jovens que cantaram, e Castro Alves é um símbolo, a algorria dos escravos. O Tenentismo que desaguou na Revolução de 30 teve participação ativa das escolas militares.

É significativa a luta de professores e alunos dentro das Faculdades contra o Estado-Novo, lançando os alicerces da redemocratização pós 45.

A UNE exerceu papel decisivo na entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial contra o Nazi-Fascismo e na luta pela exploração estatal do petróleo.

Tudo isto mostra que o estudante teve papel marcante em nossa história. Assim o foi sempre; não se pode negar o papel da juventude participando ativamente do processo político, fazendo sobretudo nas escolas, independentemente de Partidos Políticos.

Não se pode querer mudar a tendência natural das coisas. Onde quer que se encontrem jovens, e a Escola é seu habitat mais amplo e mais frequente, aí estará o terreno propício para a troca de idéias, a discussão dos grandes rumos da humanidade, a proliferação dos líderes dentro dos grupos.

Não se pode pretender a Universidade alheia aos problemas políticos, voltada, tão somente, para os estudos ou a profissionalização dos alunos. Impossível colocar as matérias curriculares em 2º plano, logicamente. Mas não se tem porque querer que os alunos, exatamente no meio em que vivem, comum aos milhões que estão naquela mesma fase de descoberta dos grandes desvios e distorções da sociedade política em que necessariamente estamos incrustados, que eles não questionem entre si, com a mais ampla liberdade, sobre os magnos problemas que se nos apresentam.

Essa atividade é necessariamente política, mas não necessariamente partidária, embora em alguns casos elas se acasalem.

Restringir tal coisa, exigindo que a participação política só se exerça dentro dos partidos é tentar queimar etapas, impedindo um estágio na formação político-cultural do indivíduo.

Parece-nos pois, inteiramente válido que o estudante dentro do campus universitário, debata os problemas específicos à sua classe ou genéricas da sociedade brasileira, que muitas vezes se interpenetram e se completam. Em verdade, todos eles, desde as questões existenciais do homem, as político-econômico-sociais da humanidade e da pátria não podem e nem devem lhe ser indiferentes.

Para evitar tudo isto, no entanto, é que surgiu o Decreto-Lei nº 477. Despolitizar a Universidade terá sido o seu objetivo. Compreende-se tal coisa num País em que se tornou perigoso até se falar em politização ou conscientização do povo.

As infrações ali previstas, subtrai aos indigitados o processo judicial que lhe seria normal inclusive com o amplo direito de defesa consagrada na atual texto constitucional, aqui escamoteada pelo irrisório prazo de 48 horas que lhe é dado, em processo dos mais sumários. Isso quando sobre eles não recaem duplo processo e dupla punição - pelo Decreto-Lei nº 477 e pela Lei de Segurança Nacional.

Por outro lado, esse Decreto-Lei, sob a alegação de punir infrações meramente disciplinares exige, em verdade, juízes de exceção sui generis que são, no final das contas, simples funcionários ou empregados dos estabelecimentos de ensino.

Investe-se igualmente, neste Decreto, contra o direito garantido pela Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao trabalho e à escola, proibindo-se durante anos, aos atingidos pelo 477, nova admissão ou matrícula em qualquer estabelecimento de ensino.

Outro aspecto a considerar é que todos aqueles havidos como culpados impõe-se igual pena, de demissão ou dispensa se professor ou funcionário e de desligamento se aluno. Não há agravantes nem atenuantes, nem se leva em conta os antecedentes do agente, nem tão pouco as circunstâncias do ocorrido.

Por fim há um artigo do 477 que diz: "o indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego; ou, se for estudante proibido de frequentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo".

Julgado inocente, como se repararão os males e danos daí advindos?

Como vemos, o 477, que é, mutatis mutandis, o AI-5 da Universidade, é verdadeiro instrumento cerceador de cultura e da atividade política, já que não se pode dissociar o aspecto político do campo cultural.

Só um País suicida pode julgar válido dificultar e deter o processo de evolução cultural de seu povo. Em meio aos desastros perpetrados entre nós, contra os mais genuínos Direitos do Homem, as gerações vindouras sentirão os efeitos da verdadeira tragédia em que, em nossos dias, vive a nossa cultura, cada vez mais policiada e exangue.

Não nos deve interessar uma geração de eficientes profissionais, mas abúlicos politicamente falando, embrutecidos para os problemas de seu País. É preciso que desde os bancos escolares, se acostumem a inquirir, a indagar, a duvidar, a contestar, a desvendar, a participar.

Cabe aos Centros Acadêmicos o papel político do passado, e permitir, que o estudante não olhe apenas para os problemas específicos da classe estudantil, mas, que ele colabore no processo de desenvolvimento brasileiro, no sentido amplo, nos seus vários aspectos: econômico, social e político propriamente dito.

cadê as

# VERBAS ?



Um problema fundamental que trará graves consequências durante este ano para o nosso ensino é a questão das verbas para a educação. As verbas da USP foram congeladas, ou seja, as de 1977 são 20% a menos que 76, que por sua vez são as mesmas de 1975. Isto significa que, em razão do desenfreado aumento do custo de vida, a Universidade está recebendo menos da metade do que recebia há dois anos.

Os primeiros efeitos deste congelamento já são constatados pelo próprio reitor, o qual de clarou que daqui a três meses a USP não mais poderá pagar suas contas de água, luz e telefone, caso não receba uma verba suplementar do governo do Estado, que não ocorrerá, conforme recentes declarações do Governador.

E quais as consequências deste novo congelamento de verbas para os serviços prestados pela Universidade? A assistência médica e odontológica, antes quase inteiramente gratuita, está sendo agora quase inteiramente cobrada para os exames clínicos, pois os tratamentos mais especializados deixaram de existir.

O restaurante central do CRUSP, administrado pela reitoria, reaberto com refeições somente para almoço, cobrando Cr\$ 6,00 para estudante e Cr\$ 17,50 para funcionários, sem café da manhã e jantar, com evidente prejuízo aos colegas dos cursos noturnos e aos funcionários que estão com seus mínguaos salários cada vez mais defasados do custo de vida.

A Editora USP pode fechar e também correm boatos de que podem desaparecer os ônibus circulares, que já reduziram suas atividades, pois a Prefeitura da C. U. não tem verbas nem para a manutenção da mesma.

E como serão mantidos os professores, funcionários, biblioteca, laboratórios e museus?

De acordo com documento elaborado pelo Conselho Universitário, o congelamento de verbas es

tá levando à supressão de cursos e pesquisas, como também à paralisação das obras no campus universitário, e à não contratação de novos professores, nem dos já aprovados por concurso; grande parte dos professores que se dedicam a tempo integral estão passando a tempo parcial.

Ao mesmo tempo, verificamos a diminuição relativa das vagas oferecidas pelas universidades públicas - entre 1970/75 o aumento do número de candidatos e vagas foi, respectivamente, de 50% e 30%. Estamos assistindo ao progressivo rebaixamento do nível de ensino no país. O que podemos constatar é a tendência do governo, responsável pela manutenção do ensino em todos os níveis, a tendência do governo, responsável pela manutenção do ensino em todos os níveis, em desincumbir-se cada vez mais de suas responsabilidades. Basta ver que se em 1965 a educação representava 11,07% do orçamento do país e, em 1977 representa apenas 5,58%.

As escolas, para contornar suas crises financeiras, vivem a atacar o bolso dos estudantes com a criação e aumento de anuidades, taxas e sobretaxas de todas as espécies.

Assim, o que se observa é fato de estarmos cada vez mais próximos de poder ver realizadas as metas da política educacional que visa o aniquilamento do ensino público gratuito, juntamente com o aumento de escolas particulares, levando tudo isto a uma privatização do ensino.

Ao nível de ensino de primeiro e de segundo grau, a superficialidade dos conhecimentos transmitidos é notória, sendo voltado para favorecer farta e barata mão-de-obra de baixa especialização. As universidades perdem sua função de criação e transmissão do conhecimento para simplesmente abastecerem o mercado com técnicos de nível médio, formados às pencas, em cursos rápidos de "Estudos Sociais" e "Ciências" (cursos que